



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

A capa negra do amor: A importância do género na percepção da violência sexual nas relações amorosas entre estudantes universitários

João Ricardo Serrano Mota

Orientador(es) | Fátima Bernardo

Évora 2020





Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Psicologia

Área de especialização | Psicologia Clínica

Dissertação

**A capa negra do amor: A importância do género na
percepção da violência sexual nas relações amorosas entre
estudantes universitários**

João Ricardo Serrano Mota

Orientador(es) | Fátima Bernardo

Évora 2020





A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

- Presidente | Nuno Rebelo dos Santos (Universidade de Évora)
- Vogal | Carla Sofia Carrilho Lopes Santarém Semedo (Universidade de Évora)
- Vogal-orientador | Fátima Bernardo (Universidade de Évora)

Agradecimentos

A toda a minha família, mas mais especificamente à minha mãe e ao meu irmão por lutarem constantemente para que eu tivesse um futuro melhor e por me mostrarem o verdadeiro significado da palavra Família.

À minha restante família pelo apoio e motivação que deram ao longo destes anos.

Ao primo e à prima por passarem este último ano a dar-me na cabeça para que eu não desistisse e entregue a Dissertação.

Ao João e ao Gonçalo e aos quase 20 anos de amizade que se transformaram em algo transcendente. A vocês que, mesmo sem perceberem, com pequenos gestos deram-me alento para continuar a tentar sempre.

Aos meus amigos da Universidade, mais concretamente ao Emanuel e ao Gabriel pela constante entajuda e companheirismo, pela partilha de ideias, emoções e pela confiança que me deram. Separados, certamente que seremos bons, mas juntos nunca ninguém será como nós.

À minha Orientadora, Professora Fátima Bernardo, pela disponibilidade demonstrada e pela grande ajuda que me deu. Bem sei que passava muitos meses sem notícias minhas e que, por vezes, pensou que eu não ia acabar. Garanto-lhe, se não fosse a sua insistência, talvez ainda não a tivesse feito. Obrigado por não desistir.

À Patrícia Ramos que sempre se mostrou disponível para ajudar, mesmo sem receber nada em troca.

Ao Spot51 e a tudo aquilo que representou.

A todos aqueles que, por uma razão ou por outro, acreditaram mais em mim do que eu próprio e que me ajudam a melhorar este projeto.

E, por último, a mim. Que, sem conhecer nada nem ninguém, resolvi arriscar e ir à procura de algo mais. Que, com mais ou menos vontade, com mais ou menos motivação, com mais ou menos dúvidas e certezas, fiz um compromisso comigo próprio e não desisti. Foram 5 anos complicados de gerir, em que o coração queria estar a 150km de distância, em casa. Foram muitas as tardes de Domingo passadas com mau humor porque estava a chegar a hora de regressar para mais uma semana de trabalho. Foram muitos os pensamentos para desistir. Já está! Não sei se, a nível profissional, esta jornada irá fazer sentido, mas certamente que me fortaleceu enquanto pessoa.

A todos, o meu mais sincero Obrigado

*Everybody wants to go to heaven,
But nobody wants to die...*

A Capa Negra do Amor: A importância do gênero na percepção da violência sexual nas relações amorosas entre estudantes universitários

Resumo: O Ser humano é uma espécie sociável e, com isso, consegue estabelecer ligações de afeto com terceiros assumindo um papel amável e cordial, mas também um papel violento enquanto mecanismo de resposta à dinâmica relacional em que está inserido (Oliveira & Sani, 2005). Com a presente dissertação, pretendeu-se estudar a prevalência de comportamentos sexuais violentos nas relações amorosas entre jovens universitários, assim como a identificação desses mesmos comportamentos na prática e na vitimização. Pretendeu-se ainda explorar o impacto do gênero nas atitudes, nas crenças e na ocorrência desses atos. A amostra foi constituída por 123 estudantes universitários da Universidade de Évora, sendo que 73 são eram do sexo feminino (59.3%). Os resultados concluíram que 36,6% dos participantes afirmaram que são ou já foram vítimas de violência na relação e 47,2% confirmaram ter conhecimento de relações violentas, no seu círculo de amigos. Conclui-se, também, que as estratégias coercivas mais utilizadas e mais sofridas são as estratégias de gravidade ligeira, como a insistência para ter relações sexuais ou o sexo sem preservativo. No que diz respeito às estratégias de grau severo mais sofridas, as ameaças de gravidade ligeiro apresentaram uma maior prevalência. Por fim, os resultados sugeriram que existe um impacto significativo do gênero nas variáveis estudadas e, embora menos significativo, também um impacto da experiência de abuso na infância e a experiência de relacionamentos violentos nessas mesmas variáveis.

Palavras-Chave: Género; Relações de Intimidade; Atitudes; Violência Sexual, Estudantes Universitários

The Black Cover of Love: The importance of gender in the perception of sexual violence in romantic relationships among college students

Abstract: The Human Being is a sociable species and, with this, it manages to establish affection bonds with third parties, assuming a friendly and cordial role, but also a violent role as a response mechanism to the relational dynamics in which it is inserted (Oliveira & Sani, 2005). With this dissertation, it was intended to study the prevalence of violent sexual behaviors in love relationships among university students, as well as the identification of these same behaviors in practice and in victimization. It was also intended to explore the impact of gender on attitudes, beliefs and the occurrence of these acts. The sample consisted of 123 university students from the University of Évora, 73 of whom were female (59.3%). The results concluded that 36.6% of the participants stated that they are or have been victims of violence in the relationship and 47.2% confirmed having knowledge of violent relationships in their circle of friends. It is concluded, also, that the most used and most suffered coercive strategies are strategies of mild severity, such as the insistence to have sex or sex without a condom. With regard to the most severely severe strategies, threats of mild severity had a higher prevalence. Finally, the results suggested that there is a significant gender impact on the variables studied and, although less significant, also an impact on the experience of childhood abuse and the experience of violent relationships on those same variables.

Key-words: Gender; Intimate Relationships; Attitudes; Sexual Violence; University Students

Índice

Introdução.....	10
Parte I – Enquadramento Teórico.....	13
Capítulo 1 – A violência entre parceiros íntimos.....	13
1.1 – Definição, Contextualização e as suas Características.....	13
1.2 – Violência entre Jovens Universitários.....	18
1.3 – Fatores de Risco e Consequências.....	21
Capítulo 2 – Crenças e Atitudes.....	24
2.1 – Contextualização, a importância da Cultura e a prática da Violência.....	24
2.2 – As Crenças Legitimadoras da Violência.....	27
Capítulo 3 – O Impacto do Género e Experiência de Abuso na Infância na Violência Sexual.....	31
3.1 – O Impacto do Género na Violência Sexual.....	31
3.2 – O Impacto da Experiência de Abuso na Infância na Violência Sexual.....	33
Parte II – Estudo Empírico.....	35
Capítulo 4 – Método.....	35
4.1 – Objetivos da Investigação.....	35
4.2 – Participantes.....	36
4.3 – Instrumentos.....	39
4.3.1 – Escala de Crenças sobre Violência Sexual.....	39
4.3.2 – Escala de Táticas de Conflito Revistas 2.....	40
4.3.3 – Escala de Coerção Sexual do Perpetuador e da Vítima.....	40
4.3.4 – Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro.....	41
4.4 – Procedimento de recolha de dados.....	41
Capítulo 5 – Análise de Dados.....	42
5.1 – Consistência Interna das Escalas.....	42
5.2 – Resultados.....	43

5.2.1 – Caracterização das Atitudes e Crenças Legitimadoras da Violência Sexual	43
5.2.2 – Prevalência dos Tipos de Coerção Sexual e das Estratégias Coercivas	44
5.2.3 – Relação entre Atitudes, Crenças e Comportamentos Sexuais Coercivos ...	50
5.2.4 – Impacto do Género	53
5.2.5 – Impacto da Experiência de Abuso na Infância	55
5.2.6 – Impacto da Experiência de Relacionamentos Violentos	57
Capítulo 6 – Discussão	59
6.1 – Limitações e Considerações Finais.....	67
Referências	69
Anexos.....	87

Índice de Tabelas

Tabela 1. Caraterização sociodemográfica da amostra.....	37
Tabela 2. Historial de violência.....	38
Tabela 3. Consistência interna das escalas	42
Tabela 4. Média e desvio-padrão das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual	43
Tabela 5. Média e desvio-padrão da Escala de Crenças	44
Tabela 6. Média e desvio-padrão da Escala de Coerção Sexual da Vítima e do Agressor	44
Tabela 7. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual da Vítima....	46
Tabela 8. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual do Perpetuador	47
Tabela 9. Média e desvio-padrão das Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual	48
Tabela 10. Frequências de resposta às Escalas de Táticas de Conflito 2	49
Tabela 11. Correlações	52
Tabela 12. T-Student para a variável do Género	53
Tabela 13. T-Student para a variável da Experiência de Abuso na Infância.....	55
Tabela 14. T-Student para a variável da Experiência de Relacionamentos Violentos ..	57

Lista Braquigráfica

AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência

ATI – Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro

CTS2 – Escala de Táticas de Conflitos Revista 2

ECSP – Escala de Coerção Sexual do Perpetuador

ECVS – Escala de Crenças sobre a Violência Sexual

FAL – Federação Académica de Lisboa

OMS – Organização Mundial de Saúde

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Índice de Anexos

Anexo I – Termo de Consentimento de Participação

Anexo II – Questionário Sociodemográfico

Anexo III – Escala de Crenças sobre a Violência Sexual

Anexo IV – Escala de Tática de Conflitos Revisada 2

Anexo V – Escala de Coerção Sexual do Perpetuador e da Vítima (Traduzida)

Anexo VI – Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro (Traduzida)

Introdução

O ser humano é uma espécie sociável e, com isso, consegue estabelecer ligações de afeto com terceiros assumindo um papel amável e cordial, mas também um papel violento enquanto mecanismo de resposta à dinâmica relacional que está inserido (Oliveira & Sani, 2005). A violência nas relações amorosas é, hoje em dia, um dos maiores flagelos da sociedade em que vivemos e é vista como uma pesada violação dos direitos humanos e uma das formas mais graves – seja ela física, psicológica ou sexual – nas sociedades ocidentais (Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007; Barroso, 2017). Quer a nível internacional, desde a criação do seu constructo, por volta dos anos setenta, quer a nível nacional, em meados dos anos noventa, este fenómeno tem vindo a assumir progressivamente um lugar de destaque no meio científico.

É do conhecimento geral que a violência é algo que está presente nas relações de intimidade (Paiva & Figueiredo, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004; Rodrigues, Freire, Rodrigues, Fernandes & Dias, 2011). O seu impacto acarreta uma serie de consequências – que podem ir das emocionais às físicas – como a dor, mal-estar, sofrimento emocional, *etc.* (Costa & Duarte, 2000). Mas como surge? À semelhança do que acontece com outros comportamentos, os comportamentos violentos estão abrangidos pelas normas sociais e culturais dominantes, que impõem determinados padrões de comportamento (Freese, Moya & Megías, 2004). Estudos na área da aprendizagem social sugerem que a violência pode ser adquirida através da observação e da transmissão intergeracional, (Cannon, Bonomi, Anderson e Rivara, 2009; Eriksson & Mazerolle, 2015; Paat & Markham, 2016). Como forma de compreender melhor e tentar prevenir a sua ocorrência, um tipo de violência que tem vindo a ganhar cada vez mais destaque é a violência no namoro, uma vez que alguns estudos apontam que a violência no namoro pode ser um precursor para episódios de agressão no casamento (Makepeace, 1981; Carlson, 1987; Flake, 2013). Tratando-se de um crime publico, em Portugal, a violência no namoro está tipificada como um crime de violência doméstica e, desde 2013 que estes dois tipos de violência partilham de cariz penal idêntico (Dec. Lei nº 400/82 de 21 de fevereiro)

Um dos atos violentos mais utilizados no namoro é a violência sexual, que tem como finalidade “*compelir o companheiro a uma interação sexual contra a*

sua vontade, variados os atos coercivos desde a insistência ou ameaça, ao uso da força física” (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996, pg. 290) e que está ligada ao aumento substancial do risco de várias consequências adversas à saúde, incluindo infecções sexualmente transmissíveis, dor psicológica, abuso de substâncias e lesões físicas (Paat & Markham, 2016). Durante muitos anos a violência sexual foi um tipo de violência tolerada, principalmente porque era socialmente desvalorizada, no entanto, hoje é vista como uma preocupação social. Contudo, ainda existem alguns estereótipos inerentes a este tipo de violência, nomeadamente, o estereótipo de género que colocam o homem como a figura de poder e o principal perpetrador deste tipo de violência o que faz com que aumente o risco de vitimização feminina (Allen & Devitt, 2012; Caldwell, Swan, & Woodbrown, 2012) e diminuição da vitimização masculina (Aldrighi, 2004; Oswald & Russell, 2006; McDermott, Naylor, McKelvey & Kantra, 2016; Scarduzio, Carlyle, Harris & Savage, 2016). Por se tratar da principal amostra dos estudos sobre a temática da violência no namoro, os estudantes universitários têm merecido destaque, principalmente, por evidenciarem índices alarmantes de vitimização e perpetuação de violência sexual na intimidade (Krug et al., 2002; Muñoz-Rivas, Gómez, O’Leary & Lozano, 2007; AMCV, 2018).

Um estudo de 2017 e 2018 feito em Portugal pela UMAR, concluiu que um em cada cinco estudantes universitários, experienciou algum tipo de violência sexual nas suas relações de intimidade. Um outro estudo de 2018, desta vez feito Associação Plano, mostrou que 37% da amostra admite já ter praticado algum tipo de violência para com o parceiro. Apesar da sua crescente importância e da merecida atenção por parte da sociedade, esta área de estudo ainda apresenta muitas lacunas que deve e merecem ser estudadas, principalmente num plano nacional, para que haja uma maior compreensão deste fenómeno e uma melhor prevenção do mesmo (Veríssimo *et al.*, 2010; Rodrigues *et al.*, 2011) Dada a prevalência, estatisticamente demonstrada, do fenómeno de violência sexual, na relação de intimidade, entre estudantes universitários, a pertinência da realização desta investigação prende-se, sobretudo, na insuficiência de estudos que exploram a problemática e que focam as dimensões estudadas – o género, experiência de abuso na infância e experiência de relacionamentos violentos – e a relação entre elas.

A presente dissertação está dividida em duas partes principais: a primeira parte diz respeito ao enquadramento teórico sobre o tema em análise e a segunda ao estudo

empírico. O primeiro capítulo procura definir, contextualizar e caracterizar os principais conceitos referentes à violência entre parceiros íntimos, assim como, enunciar os principais estudos sobre a temática, dando especial enfoque aos estudos sobre a violência sexual, nas relações de intimidade, dos estudantes universitários. Procura, também, estudar qual a prevalência deste fenómeno quer a nível nacional, quera nível internacional e destacar quais os fatores de risco e consequências deste tipo de violência. O segundo capítulo procura contextualizar as crenças e atitudes que legitimam a violência nas relações e qual a importância da cultura nesses comportamentos. O terceiro capítulo foca-se no impacto do género e das experiências violentas, nomeadamente, das experiências de abuso na infância e de relacionamentos anteriores violentos na prática e na vitimização de comportamentos sexuais coercivos.

Seguem-se os restantes capítulos, que estão inseridos na segunda parte do estudo e são referentes à metodologia, no capítulo 4, onde se encontram os objetivos, a caracterização da amostra e os instrumentos utilizados. O capítulo 5 debruça-se sobre as análises feitas aos dados recrutados. Por fim, o capítulo 6 que diz respeito à discussão dos resultados obtidos e das principais ideias retiradas e, termina com uma reflexão sobre as limitações e considerações finais da dissertação.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 – A violência entre parceiros íntimos

1.1 – Definição, Contextualização e as suas Características

A violência é um fenómeno muito abrangente e cuja definição é de difícil consenso, porque resulta da perceção daquilo que é aceitável ou não em termos de comportamento, e do que é culturalmente aceitável mediante os valores e as normas sociais num determinado momento (Krug *et al.*, 2002; Manuel, 2014). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência é definida como: “*O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, comprometimento do desenvolvimento ou privação*” (Krug *et al.*, 2002, pg. 5). Esta definição de violência incluiu três categorias base – violência autodirigida; violência coletiva e violência interpessoal – e três tipos – violência física, violência psicológica e sexual –, sendo a intencionalidade uma característica comum a todas estas categorias (Manuel, 2014).

Um fenómeno que tem merecido cada vez mais a atenção da comunidade científica é a violência entre parceiros íntimos. Trata-se de um comportamento específico dentro do conceito de violência e, tendo por base isso, importa definir e saber distinguir o seu conceito que, segundo a OSM, é “*um comportamento dentro de um relacionamento íntimo que causa dano físico, sexual ou psicológico*” (Manuel, 2014, pg. 7). No que diz respeito ao tipo de violência entre parceiros íntimos mais comum, os estudos apontam principalmente para a violência psicológica, seguindo-se a violência física sem sequelas e a violência sexual (Simões, Machado, Gonçalves & Almeida, 2007; Duarte & Lima, 2006; Paiva e Figueiredo, 2004; Mendes, Duarte, Araújo & Lopes, 2013). Este tipo de violência entre parceiros representava, em 2012, o quinto crime mais participado em Portugal (Mendes *et al.*, 2013). De 2013 a 2017, a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), registou um total de 36528 (M \approx 7305 por ano) processos de violência doméstica. Já no Relatório Anual de 2018, realizado também pela APAV, revelou que dos 17112 casos de crimes contra pessoas que ocorreram nesse ano 77.5% (13261) – quase o dobro da média dos cinco anos anteriores – corresponderam a crimes de violência doméstica, sendo que desse número, 4.16% dizem respeito a crimes de natureza sexuais.

O tema da violência nas relações na intimidade centrou-se, inicialmente, na violência doméstica e no abuso de menores (Sugarman & Hotaling, 1989; Lewis & Fremouw, 2001; Oliveira & Sani, 2005), apenas recentemente a violência no namoro foi alvo de atenção, particularmente devido o crescente aumento dos estudos sobre a temática mostrarem que a sua prevalência era elevada (Lewis & Fremouw, 2001; Oliveira & Sani, 2005). O namoro é definido como *“uma relação diádica que envolve encontro para uma interação social, em atividades conjuntas e com intenção implícita ou explícita para continuar o relacionamento, até o momento que uma ou outra parte decida rompê-la, ou que um relacionamento mais próximo seja estabelecido, tal como: morar juntos, noivado ou casamento.”* (Aldrighi, 2004, pg, 109). Este tipo de relação tem início, geralmente, na adolescência que se caracteriza por ser uma fase de transição em que ocorrem alterações a nível afetivo e biológicas (Muñoz-Rivas, Graña & O’Leary, 2007; Manuel, 2014; Oliveira & Sani, 2005). O amadurecimento sexual progressivo do adolescente associa-se ao aumento do interesse do mesmo pelo outro do sexo oposto ou não, contudo, importa referir que o envolvimento com o outro nem sempre está relacionado com os fatores biológicos da puberdade, mas sim com fatores sociais, nomeadamente, a pressão que os pares exercem sobre o adolescente. Ou seja, muitos adolescentes envolvem-se em relações de namoro não por estarem desenvolvidos do ponto de vista físico mas sim porque socialmente e dentro do grupo de amigos, se espera que estes se iniciem no namoro em determinada idade (Dornbush, Varlsmith, Gross, Martin, Jennings, Rosenberg & Duke, 1981; Manuel, 2014).

Oliveira (2009) diz-nos que a fase do namoro tem como finalidade a experimentação sentimental e/ou sexual entre duas pessoas, em que existe uma troca de conhecimentos e cujo grau de comprometimento é menor. Por conseguinte, esta fase nem sempre é composta por relações saudáveis e positivas, sendo que pode ser marcada por momentos de violência. Inicialmente, o conceito de violência no namoro era definido como *“o uso ou ameaça de força física ou restrição feita com a intenção de causar dor ou lesão aos outros”* (Sugarman & Hotaling, 1989; Flake, 2013). Na década de 90, os investigadores resolveram expandir esta definição e passaram a incluir tanto a violência sexual como a violência psicológica e, então, violência no namoro passou a ser definido como *“a ameaça ou o uso real de abuso físico, sexual ou verbal por um membro de um casal de namorados contra o outro membro dentro do contexto de um relacionamento de namoro”* (Anderson & Danis, 2007, pg. 88). Embora o interesse sobre o tema tenha vindo

a crescer ao longo do tempo, a verdade é que são, ainda, poucos os autores que se debruçam sobre a componente teórica que explica a violência no namoro (Follingstad *et al.*, 1991; Riggs & O’Leary, 1989) isso faz com que muitos dos programas de prevenção se baseiem em teorias sobre a violência interpessoal e que as adaptem para a violência na intimidade (Flake, 2013).

Dentro das teorias mais comuns nos programas de intervenção, temos as seguintes: Teoria social – diz-nos que os comportamentos são aprendidos através da observação e imitação, tendo por base isso, a violência na intimidade pode ser resultado de uma transmissão intergeracional e que são aprendidas através das interações violentas na família de origem (O’Leary, 1999); Teoria Feminista – sugere que a violência é resultado de um sistema social que incentiva a disputa pelo poder e controle desigual entre a mulher e o homem em que predomina a dominação masculina e a subserviência do sexo feminino (Dobash & Dobash, 2001; Flake, 2013) e, por último, a Teoria do Apego – argumenta que as pessoas tendem a escolher parceiros com base na relação que tiveram com os cuidadores durante a infância, dessa relação podem surgir estilos de apego seguros e inseguros, aqueles que apresentam estilos de apego inseguros resultantes das relações instáveis que tiveram na infância, têm mais risco de terem um relacionamento de namoro violento (Bowlby, 1990; Bowlby, 1995; Waters *et al.*, 1993; Flake, 2013).

Em relações de jovens casais surge agora um novo fenómeno denominado de violência bidirecional que consiste em ambos os parceiros serem tanto o perpetrador como a vítima na relação (Almeida, 2008), aumentando a probabilidade de existir violência na relação. De referir que, estes casais aplicam a violência como um meio defensivo face ao abuso vivenciado pelo(a) parceiro(a), mas também como uma estratégia comunicativa para resolver os seus conflitos (Kimmel, 2002).

Os primeiros estudos sobre violência no namoro datam da década de 80, realizados por Makepeace (1981) com estudantes pré-universitários e concluiu que 21% dessa amostra experienciaram ou perpetraram algum ato de violência física no contexto de uma relação íntima e depois por Sugarman e Hotaling, em 1989, com estudantes universitários dos Estados Unidos e no Canadá e concluíram que existia uma prevalência elevada de agressão física entre casais de namorados. 20% a 40% afirmaram ter sofrido algum tipo de agressão física nos últimos 12 meses, havendo uma prevalência similar entre ambos os sexos, contudo, as mulheres sofriam de maior violência do tipo sexual comparando com os homens (Manuel, 2014).

Um outro estudo realizado mais recentemente e também com alunos universitários de 31 universidades de 16 países, refutou o estudo de Sugarman e Hotiling ao concluir que 29% dos estudantes tinham sofrido de violência física nos últimos 12 meses (Straus, 2004).

Existem estudos que comprovam que o tempo de namoro e o nível de compromisso estão positivamente relacionados tanto com a violência física como com a violência sexual (Arias, Samios, O’Leary., 1987; Stets & Pirog-Good, 1990; Flake, 2013). Um outro estudo, desta vez realizado por Flynn (1990 *cit. in* Flake, 2013) concluiu que quanto maior é o tempo de namoro antes do primeiro episódio de violência, mais a mulher permanece no relacionamento. Isso pode ajudar a explicar a razão de 30% a 50% dos casais de namorados manterem a relação apesar dos episódios de violência (Mars & Valdez, 2007; Almeida, 2008; Flake, 2013; Manuel, 2014).

Em 2009, num estudo realizado em Portugal com uma amostra de 240 estudantes do Instituto Politécnico de Leiria mostrou que 9.1% tinham sofrido de algum tipo de violência nas suas relações (1.3% homens e 7.9% mulheres), no entanto, os comportamentos abusivos praticados pelos agressores tendem a ser vistos pelas vítimas como comportamentos passageiros e não como condutas violentas (Dixe *et al.*, 2010; Manuel, 2014). Machado, Matos e Moreira (2003; Caridade & Machado, 2008 *cit. in* Rodrigues *et al.*, 2011) concluíram que dos sujeitos que estavam envolvidos numa relação, 15.5% afirmaram terem sido vítimas de pelo menos um ato abusivo e 21.7% admitiram ter praticado comportamentos violentos durante as suas relações.

Quando se fala do conceito ‘violência sexual’ temos de ter em conta que este abrange um vasto conjunto de atos sexualmente violentos como a violação, abuso sexual de menores, prostituição forçada, tráfico para exploração sexual ou mutilação genital feminina (OMS, 2003; Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007; Barroso, 2017). O construto de violência sexual só começou a ser elaborado em meados dos anos 80, nessa altura violência sexual era “*uma interação sexual conseguida contra a vontade do outro, através do uso da ameaça, força física, persuasão, uso de álcool/drogas, ou recurso a uma posição de autoridade*” (Koss, 1988, pg.10). Contudo, este conceito mostrou-se ser pouco abrangente

Podemos entender a violência sexual como “*qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários sexuais indesejados ou avanços, ou atos no sentido de traficar, ou de outra forma direcionados contra a sexualidade de uma pessoa utilizando coação, por parte de qualquer pessoa independentemente da sua relação com a vítima, em qualquer contexto*” (OMS, 2012; Gaspar, 2017, pg. 7). Em Portugal, a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) define este termo como “*qualquer ato sexual indesejado, ou tentativa de ato sexual, avanço ou comentário sexual não desejado, assim como quaisquer outros contactos e interações de natureza sexual efetuados por uma pessoa sobre outra, contra a sua vontade*” (APAV, 2019), é um tipo de violência que é mais estudado entre adolescentes e jovens adultos e está mais associado à violência na intimidade. A violência sexual refere-se a um ato violento, agressivo e hostil que impõe comportamentos degradantes, dominadores, humilhantes, aterradores e controladores sobre a vítima (Lewis & Fremouw, 2001). A sua variabilidade encontra-se nos padrões e nas tendências socioculturais existentes em cada país, sendo o género feminino, incluindo as minorias sociais, o grupo mais vulnerável (Malyadri, 2013). A APAV concluiu que, entre 2013 e 2017, existiu um total de 3594 pessoas vítimas de um crime sexual, um aumento de 93.5% entre 2013 e 2017. A violência sexual diz respeito a toda a atividade sexual forçada ou indesejada como por exemplo a violação e tentativa de atividade sexual com alguém que está sob o efeito de drogas ou álcool. É importante referir que estas formas de violência em cima descritas podem ocorrer em simultâneo e de forma complementar.

Um outro estudo cujo objetivo era conhecer o tipo de relação que a vítima tinha com o autor do crime, entre 6 a 28% das mulheres afirmou ter sido violada por um namorado ou por alguém conhecido (DeKerseredy & Schwartz, 1998; Kilpatrick, Best, Saunders & Vernon, 1988; Muehlenhard & Linton, 1987 *cit. in* Paiva & Figueiredo, 2004), se a isto acrescentarmos tentativas de abuso, o número sobe para os 39% (Koss, 1988 *cit. in* Paiva & Figueiredo, 2004)

Este tipo de violência tem apresentado um acréscimo significativo entre adolescentes e jovens (Siverman et al. 2001; Halpern et al. 2001 *cit. in* Mendes et al., 2013). Um estudo de 1992 (Abbey, Ross, McDuffie & McAuslan, 1996 *cit. in* Paiva & Figueiredo, 2004) mostrou que mais de 50% das estudantes universitárias que fazem parte desta amostra relata terem sido vítimas de algum tipo de experiência sexual indesejada no relacionamento, sendo que 12% desses atos foram numa relação casual e 43% numa

relação de namoro. Straus *et al.* (2002), num estudo com 3086 estudantes universitários de 14 países concluiu que 24.7% dos sujeitos cometeram coerção sexual sobre o/a companheiro/a (39.9% sujeitos do sexo masculino e 18.6% do sexo feminino), 3% refere ter ameaçado e 3.2% afirma ter feito uso da força para conseguir ter relações sexuais. “*O Brasil é o país que apresenta valores superiores de coerção sexual sobre o companheiro (41,6%); em Portugal (23%), a prevalência é semelhante à maioria dos países (24.7%); outros locais denotam valores mais baixos: Hong Kong (7,5%), seguido dos USA (Utah) (13,7%). Nas formas mais severas de coerção sexual, o uso da força para conseguir o relacionamento sexual com o companheiro é mais prevalente no Texas (6,3%) e Canadá (Winnipeg) (5,9%) e menos prevalente na Suíça (parte alemã) (1,1%), Israel e Portugal (1,5%).*” (Paiva & Figueiredo, 2003, pg. 169; Paiva & Figueiredo, 2004).

1.2 – Violência entre Jovens Universitários

Sendo os estudantes universitários a principal amostra de estudos relacionados com a violência na intimidade, torna-se impossível contextualizar este tema sem mencionar os estudos realizados seio desta comunidade. Em 1981, num estudo conduzido por Makepeace, veio revelar que 1 em cada 5 estudantes universitários tinha sofrido ou ainda sofria de violência no seu relacionamento amoroso e que 61% da amostra do estudo revelava conhecer jovens com experiências de namoro abusivas (Caridade & Machado, 2013). Já em 1997, Schwartz e DeKeseredy, concluíram que a prevalência desse tipo de crime tinha aumentado e mostraram que 1 em cada 4 estudantes universitários, da amostra em causa, admitia ter sofrido algum tipo de comportamento abusivo por parte do seu parceiro, mas isso não teria sido o suficiente para acabar com a relação, optando por desculpabilizar ou desdramatizar a situação. Straus (2004), num estudo que inclui 31 universidades de três Continentes (Europa, América do Sul e do Norte e Ásia) mostrou que 29% dos estudantes presentes na amostra, teria sofrido de agressões físicas no ano anterior e 45% relatou ter sido vítima de violência ao longo da relação. Mais recentemente, um estudo da OMS (2015), concluiu que a percentagem de violência no namoro entre adolescentes e jovens adultos da América do Norte e da Europa varia entre 2.6% e os 46%, na África do Sul, esses valores variam entre os 38% e os 42% (para o sexo masculino e feminino, respetivamente).

No que diz respeito a Portugal, os ainda poucos estudos realizados no âmbito desta temática demonstram corroborar essa tendência ao redor do globo (Oliveira e Sani, 2005; Mendes *et al.*, 2013). Em 2004, Paiva e Figueiredo realizaram um estudo com um total de 318 estudantes universitários com idades entre os 19 e os 39 anos sendo que 46.2% eram do sexo masculino e 53.8% do sexo feminino e os resultados revelaram que 50.8% dos participantes foram vítimas de violência psicológica, 25.6% de violência sexual, 15.4% de violência física sem sequelas e 3.8% de violência física com sequelas. Já num estudo de 2005, Oliveira e Sani, indicavam que 52% dos inquiridos admitiram ter adotado comportamentos violentos, pelo menos uma vez, com o parceiro (a) e 42% admitiram ter sido vítimas de agressão. Em 2006 (Mendes), um outro estudo realizado em contexto universitário com uma amostra de 354 participantes, concluiu que, nas relações atuais, 14,4% dos participantes admitiram terem perpetrado um ou mais atos abusivos no último ano, 12,1% afirmou terem sido vítimas de pelo menos um ato abusivo. No que diz respeito às relações anteriores, 17,5% reconheceram ter assumido algum tipo de conduta abusiva e 21,4% admitiram comportamentos de vitimização.

Num estudo realizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), entre 2017 e 2018, revelou que 1 em cada 5 estudantes universitários sentiu algum tipo de pressão sexual nas suas relações de intimidade. Também em 2018, o Estudo Nacional da Violência no Namoro, concluiu que, 37% dos estudantes universitários inquiridos admite já ter praticado algum tipo de violência sobre o seu parceiro (a). Um quinto das estudantes já viu a sua imagem física e a sua deslocação a lugares que frequentam serem controladas pelo namorado (a) e 8% já foram obrigados a praticar comportamentos sexuais não desejados. Questionados sobre o motivo das agressões 67,1% dos participantes considerem dever-se aos ciúmes, 35,1% a problemas mentais presentes nos agressores, 29,6% ao consumo de álcool, 19,5% a problemas familiares e 19,5% à conduta da vítima (Neves, Correia, Ferreira & Borges). Também em 2018, um estudo realizado pela Federação Académica de Lisboa (FAL) com 905 estudantes das várias Universidades da área metropolitana de Lisboa, concluiu que 22,7% da amostra respondeu que já foram vítimas, pelo menos uma vez, de carícias, beijos e toques nas partes íntimas e genitais contra a sua vontade. Uma percentagem ainda maior, 34,2%, afirma que já foi vítima de crimes sexuais, dos

quais, 12,2% disseram que esses crimes ocorreram mais do que uma vez. Dos que afirmaram ter experienciado algum tipo de violência sexual, 32,6% diz que esta foi perpetrada por conhecidos, 23,3% por colegas e 16,7% por pessoal não docente.

Quando considerada, em contexto universitário, a violência sexual espelha-se, na grande maioria das vezes, em situações de violação, de assédio sexual ou, até mesmo, de *sexting* – mensagens eróticas enviadas através do telemóvel – contudo, o número de denúncias continua a ser residual, já que não existe, na generalidade, consciência da gravidade destes comportamentos, porque os mesmos estão naturalizados pela cultura da legitimação da violência sexual (Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018), desativando qualquer comportamento de denúncia e de prevenção adjacente (Mendes *et al.*, 2013).

A violência na relação entre jovens parece ser causadas por atitudes individuais como as dificuldades que os jovens têm para resolver conflitos relacionais como o ciúmes e dificuldades em controlar a raiva (Sugarman & Hotaling, 1989; Caridade & Machado, 2008). Contudo, existem variáveis que poderão predispor os jovens à violência, estas podem ir desde a vitimização prévia na infância, seja direta ou indiretamente, atitudes legitimadoras, consumo de álcool e outros fatores como a baixa autoestima, a depressão, a falta de competência comunicacionais, entre outros (Follingstad *et al.*, 1999; Hickman, Jaycox & Aronoff, 2004; Caridade & Machado, 2013).

Relativamente aos jovens universitários, tratando-se de uma altura em que, muitas da vezes, é marcada pela saída da casa dos pais e pelo distanciar-se dos amigos de infância e pelo estabelecer de um novo círculo de amigos, namorar é uma das atividades mais centrais das suas vidas cuja identidade pessoal dependerá das várias experiências que vive, incluindo as suas interações do foro amoroso, já que este entra, durante esta fase, nas suas primeiras relações íntimas com objetivos de amor, de amizade, de sexo e de felicidade (Oliveira & Sani, 2005) e também pela descoberta dos limites, seus ou dos parceiros/as, assim como de novas responsabilidades.

1.3 – Fatores de Risco e Consequências

Alguns estudos sobre a temática de violência no namoro apontam para algumas características comuns às pessoas que relataram experiências de violência, tais como: baixa autoestima, depressão, abuso de substâncias química, problemas de saúde, etc. (Makepeace, 1986; Anderson & Danis, 2007; Flake, 2013).

Relativamente aos fatores de risco de vitimização, são diversos os fatores que podem aumentar esse mesmo risco. Alguns desses fatores encontram-se associados com as atitudes, crenças e com os comportamentos adotados pela vítima e outros que estão relacionados com o meio social, como por exemplo o meio familiar ou grupo de pares (Jewkes, Garcia-Moreno & Sen, 2002; OMS, 2003). Muitos são os autores que afirmam que existem diversos fatores que aumentam a probabilidade de se ser vítima ou agressor, entre eles estão a vivência num lar destruído, a deficiente supervisão parental e a tolerância face à violência (Vezina & Herbet, 2007). Thompson (2014) destaca o papel da influência dos pares na violência nas relações de namoro. Segundo o autor, o grupo de pares influencia cada membro, individualmente, a adotar as atitudes que mais prevalecem no grupo ou que pessoas com a mesma forma de pensar são atraídas uma pela outra.

Krug e Dahlberg, no seu modelo ecológico, organizam os fatores de risco, da pessoa se tornar vítima ou agressora, em 4 níveis de influência: Individual; Relacional; Comunitário e Social. No nível individual encontram-se fatores biológicos, comportamentais e pessoais indivíduo, como por exemplo, a sua história de vida, idade, escolaridade, estatuto socioeconómico, a exposição a abusos na infância, doença mental, a personalidade antissocial, o consumo de substâncias e a própria tolerância à violência. No nível relacional estão fatores relacionados com a qualidade das relações criadas pela pessoa, nomeadamente, relacionamentos íntimos marcados por infidelidades, ou fraca ligação emocional com os pares e com o núcleo familiar. No nível comunitário estão fatores relacionados com a comunidade em que a pessoa cresce, como por exemplo o bairro ou a cidade. Por último, no nível social o macrosistema relacional da pessoa e com as características gerais da sociedade capaz de criar um ambiente que incentive ou iniba comportamentos violentos como por exemplo a desigualdade de género, falta de segurança, sistema de crenças religiosas e/ou culturais e normas sociais e político-económicas (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999; Krug & Dahlberg, 2002; Harvey, Garcia-Moreno & Butchart, 2007; Archer, 2006).

Por outro lado, uma infância saudável, um núcleo familiar bem estruturado e um bom suporte destes perante uma situação abusiva, pertencer a uma associação cultural e uma boa capacidade para reconhecer o risco de violência, proporcionam uma redução substancial do risco de se sofrer ou de cometer uma situação de violência (Norman *et al.*, 2012).

Para O’Leary e colegas (1989; Fincham, Cui, Braithwaite & Pasley, 2008; Rodrigues *et al.*, 2011), a violência no namoro é um fator preditivo da violência no casamento uma vez que a percentagem de jovens que afirmam que sofreram ou ainda sofrem de violência no namoro tem vindo a aumentar cada vez mais.

No que diz respeito às consequências das experiências de violência no relacionamento, estas têm efeitos significativos nefastos quer a curto como a longo prazo. Relativamente aos efeitos a curto prazo, estes incluem medo, raiva, isolamento e mal-estar emocional (Emery, Cate, Henton & Andrews, 1987; Kilpatrick *et al.*, 1988; Koss, 1993; Paiva & Figueiredo, 2003). Já em relação aos efeitos a longo prazo temos sintomas de depressão, disfunção sexual, abuso e dependência de drogas e álcool, sintomas de stress pós-traumático e sintomas dissociativos (Koss, 1993; Shapiro & Schwarz, 1997; Paiva & Figueiredo, 2003). Autores com Rush (2000) afirmam que a violência no relacionamento íntimo, em particular contra a mulher, não deve ser vista como um problema social, mas sim como um problema de saúde pública. Num estudo feito por Coffey e colegas (1996) com 976 estudantes universitários, concluíram que existiam valores elevados de mal-estar psicológico resultantes de violência física ocorrida na relação íntima e que fatores como a história recente de abuso sexual, assim como a história de violência física e sexual na infância e da observação de conflitos entre os pais estão diretamente relacionados com o aumento desses mesmos valores de mal-estar psicológico associados à violência física. Já Cascardi, O’Leary e Schlee (1999), num estudo com 93 mulheres vítimas de violência física pelo parceiro, 29.8% apresentava critérios para uma perturbação de stress pós-traumático e 32% critérios para uma perturbação depressiva major.

Num outro estudo, desta vez realizado por Lown e Veja (2001) com 1155 mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 59 anos, as que afirmaram terem sido vítimas de abuso físico ou sexual no ano anterior ao estudo, apresentavam níveis de saúde física e mental menores do que aquelas que afirmaram não terem passado por essas experiências. Para além disso, as vítimas de abuso apresentavam história de problemas

cardíacos assim como uma grande quantidade de sintomas somáticos. Outros estudos sobre a mesma temática concluíram que as mulheres vítimas de violência apresentavam sintomas como dores de cabeça, dores de costas, doenças sexualmente transmissíveis, dor pélvica, corrimentos vaginais, dor no ato sexual, infecções urinárias, perda de apetite, dor abdominal, problemas relacionados com stress crônico e com o sistema nervoso central, problemas digestivos, sintomas neurológicos e surdez (Goldberg & Tomlanovich, 1984; Cascardi, Langhinrichsen & Vivian, 1992; McCauley, Yurk, Jenckes & Ford, 1998; Campbell, *et al.*, 2002; Paiva & Figueiredo, 2003). No caso dos estudantes universitários, a possibilidade de absentismo e de abandono dos estudos, aumenta consideravelmente para quem foi vítima de algum tipo de comportamento abusivo (Krug *et al.*, 2002; Caridade & Machado, 2013).

É unânime entre os autores a afirmação de que as experiências de violência no seio de um relacionamento íntimo traduzem-se num pior funcionamento quer físico, quer mental da pessoa vitimizada. *“A experiência de abuso no relacionamento íntimo com o companheiro pode, pois, ser considerada como um fator de risco para a ocorrência de um considerável número de perturbações do foro psicológico ou físico, que originam um considerável agravamento na qualidade de vida das vítimas.”* (Paiva & Figueiredo, 2003, pg. 178). Contudo, enquanto nas mulheres a violência sexual e psicológica está menos relacionada com o agravamento da saúde física e da doença, nos homens, só a violência psicológica é preditor de doença física (Coker & Davis, 2001).

Capítulo 2 – Crenças e Atitudes

2.1 – Contextualização, a importância da Cultura e a prática da Violência

Desde cedo, fruto da relação que as pessoas estabelecem com o mundo, estas desenvolvem determinadas crenças acerca de si mesmas, de outras pessoas e do mundo. Essas crenças têm como objetivo organizar as experiências do sujeito de uma forma funcional e adaptativa para que este possa perceber o mundo que o rodeia e têm um papel fundamental nos comportamentos do mesmo.

No que diz respeito as atitudes, estas estão fortemente ligadas às crenças de cada indivíduo e são uma resposta implícita, seguida de uma reação emocional, a uma categorização de um determinado estímulo através da sua avaliação que é baseada em três vias de informação: informação cognitiva; emocional e relativa aos comportamentos passados ou às intenções comportamentais (Augoustinos & Walker, 1995; Zanna & Rempel, 2008). Katz (1960) diz-nos que as atitudes têm quatro funções principais: adaptativa – ajuda-nos a entender e a explicar o mundo que nos rodeia; utilitária – com o objetivo de ganhar recompensas e evitar punições; de valor expressivo – mostrar ao outro quem a pessoa é; defensiva – são as atitudes mais difíceis de mudar porque estão mais enraizadas no sujeito e, muitas vezes, são atitudes hostis.

As várias interações que estabelecemos, em conjunto, formam uma rede de crenças que são o modelo bacilar do comportamento do ser humano e que serve não só para compreender os próprios comportamentos, mas também para compreender os comportamentos do outro assim como as suas atitudes sociais, dando-lhes sentido (Fiske & Taylor, 2016). São essas mesmas atitudes sociais que influenciam a resposta adotada em situações de violência. Se a pessoa cresceu num meio onde as atitudes sociais dos que a rodeiam são de tolerância à violência ou, até mesmo, de aceitação, existirá uma maior probabilidade de tais atos não serem reportados e, por conseguinte, as vítimas recebem menos apoio e os agressores não irão sofrer com as consequências de tais atos (Gracia, 2004).

Sabe-se que as pessoas que apresentam um maior número de atitudes violentas apresentam uma maior escala de distorções cognitivas (Eckhardt & Dye, 2000). Tendo em conta isso, é natural que os variados modelos explicativos da violência estudem as

variáveis cognitivas para poder compreender as motivações inerentes às atitudes. Dentro das atitudes existem dois tipos: atitudes explícitas e atitudes implícitas.

No que diz respeito às atitudes explícitas, são atitudes que requerem que o indivíduo se lembre de um ato cognitivo, ou seja, são atitudes intencionais, conscientes e instrumentais, passíveis de controlo e que fornecem uma representação *post-hoc* do que a pessoa pensa (Dovidio, Brigham, Johnson & Gaertner, 1996; Eckhardt & Dye, 2000; Eckhardt & Crane, 2014). Tendo por base isso, são atitudes que são mais facilmente controladas e, em caso de interação social, até podem ser omitidas para que o indivíduo consiga uma melhor aceitação.

Felson, Ackerman & Yeon (2003) afirmam que os homens, comparativamente com as mulheres, tendem a responder mais de acordo com as normas sociais. Já Skowronski e Lawrence (2001) concluíram que as mulheres apresentam uma resposta mais positiva às atitudes explícitas do que os homens.

Torna-se, portanto, imprescindível estudar as atitudes e as crenças sobre a violência para que se possa também compreender os fenómenos da violência nos relacionamentos íntimos. Vários atores consideram que as atitudes podem ser um preditor da perpetração de violência. Exemplo disso é o estudo de Straus (2004) que concluiu que quanto maior fosse a percentagem de estudantes universitários que assumissem atitudes de tolerância face à violência física na relação, maior era a percentagem de estudantes que agrediam o seu parceiro (a). A investigação tem vindo a demonstrar que os intervenientes em relações pautadas por atitudes de violência desvalorizam ou minimizam a ocorrência deste tipo de dinâmica (Ismail, Berman & Ward-Griffin, 2007; Machado, Matos & Moreira, 2003). Gage (2005) diz-nos que mulheres que adotam atitudes positivas, no que diz respeito à violência entre parceiros íntimos, têm um maior risco de sofrerem de abusos continuados. Este tipo de atitude fomenta a não responsabilização do agressor (Caridade, 2011). Johnson e Das (2009) constataram que atitudes de aceitação em relação à violência contra mulheres são um forte preditor de violência, sendo que os homens que assumiram essas mesmas atitudes positivas apresentam uma probabilidade quatro vezes maior de exercerem abusos contra as suas parceiras.

Vários estudos feitos com estudantes universitários concluíram que os estudantes que apresentavam crenças mais tradicionais sobre o papel familiar e social da mulher tendem a atribuir uma maior responsabilidade à mulher pela origem da violência na

relação (Pérez, Fiol, Palmer, Espinosa & Guzmán, 2006). Autores como Perry, Williard & Perry (1990) afirmam que, independentemente do sexo do agressor, a violência na intimidade é vista como algo aceitável e tolerante e isso é caracterizado pela ausência de empatia na relação e pela ideia de que as mesmas conseguem prevenir os abusos (Faramarzi, Esmailzadeh & Mosavi, 2005).

Quando ocorre a violência dentro da intimidade as pessoas têm mais tendência a atribuir a responsabilidade às vítimas do que aos agressores, acreditando que a violência foi resultado de uma atitude provocadora (Gracia & Tomas, 2014; Waltermaurer, 2012) ou de comportamentos irracionais e irresponsáveis (Anderson & Saunders, 2003) por parte da vítima. Isto permite que os agressores sejam desculpabilizados pelos seus atos em vez de serem condenados, contribuindo para uma ideia errada de que, por vezes, as vítimas são merecedoras da violência sofrida, levando a uma menor disponibilidade para as ajudar (Gracia, 2014). Taylor e Sorenson (2005), não só concordam com essa ideia como afirmam que também são atribuídas às vítimas a responsabilidade pela resolução do conflito.

Existe uma ideia generalizada de que as vítimas conseguem sair facilmente de uma relação abusiva e que, caso escolham permanecer na relação é porque gostam de ser abusadas (Sprague *et al.*, 2013) ou que aprenderam a aceitar a violência (Worden & Carlson, 2005). Alguns autores acreditam que as atitudes de responsabilização das vítimas são mais prevalentes em pessoas que consideram que a violência é aceitável em determinadas situações (Gracia & Herrero, 2007; West & Wandrei, 2002) e que são as atitudes de culpabilização das vítimas que mais contribuem para a manutenção de um clima de aceitação da violência na relação de intimidade (Gracia, 2004). Gracia e Herrero (2007), num estudo com uma amostragem de 15 países europeus, concluiu que as atitudes de culpabilização da vítima foram bastante importantes na diferenciação entre inquiridos que assumiram atitudes de aceitação da violência daqueles que não assumiram atitudes de não-aceitação.

Apesar de existir alguma literatura, a investigação sobre o tema das atitudes tem-se mostrado bastante escassa (Wang, 2016), optando-se mais pelo estudo da prevalência e da severidade (Smith, Thompson, Tomaka & Buchnan, 2005). Por outro lado, a investigação que existe no âmbito das atitudes tem-se baseado mais no reconhecimento de atitudes dos agressores (as) face à violência (Robertson & Murachver, 2009) e qual a sua relação com as crenças legitimadoras de violência.

2.2 – As Crenças Legitimadoras da Violência

As crenças legitimadoras da violência são crenças que têm como objetivo negar ou justificar os atos violentos dando uma falsa ideia de aceitação (Lonsway & Fitzgerald, 1994), servindo para a justificação do comportamento do agressor, para a minimização do impacto psicológico do crime e, muitas vezes, para culpabilizar a vítima por tais atos (Cowan & Quinton, 1997). Tais comportamentos de não responsabilização do agressor desvalorizam a necessidade de prevenção e acabam por contribuir para a normalização da violência (Caridade, 2011).

Este sistema de crenças são uma estrutura pré-consciente ativada por eventos que contribuem para o surgimento de comportamentos e emoções desadequadas e têm uma grande influência na forma como se lida com uma situação de violência (Fiske & Taylor, 2016). Alguns autores afirmam que existe uma relação entre atitudes face à violência e os comportamentos violentos nas relações amorosas, sendo associado distorções cognitivas e crenças não-adaptativas à prática da violência (Eckhardt & Dye, 2000; Eckhardt & Jamison, 2002; Stith *et al.*, 2004).

Subjacente a esta categoria, são exemplos de crenças legitimadoras da violência sexual: “provocação” – a ideia de que a vítima iniciou ou incitou o abuso, a “fabricação pela vítima” – a ideia de que esta mentiu ou exagerou sobre o ocorrido – e a teoria da “vítima masoquista” – crença de que a vítima deseja ou gosta de ser violada – (Koss *et al.*, 1988) ou a crença de que as consequências psicológicas da violação são menos severas quando a vítima é abusada por alguém conhecido (Caridade, 2011). Este tipo de crenças e atitudes legitimadoras de violência sexual encontram-se associadas a uma panóplia de fatores tais como os estereótipos dos papéis de género, a exacerbação do modelo masculino, o conservadorismo sexual ou até mesmo a tolerância à violência interpessoal. Destas todas, as que assumem especial relevância e cuidados são aquelas que estão relacionadas com a violação ou, tal como a comunidade científica denomina, “*rape myths*” e pretende negar ou justificar a agressão sexual (Pérez, Fiol, Palmer & Guzmán, 2006; Schechory & Idisis, 2006).

Cowan e Quinton (1997) dizem-nos que existem três tipos de atribuições para a ocorrência de violência sexual face à análise destas mesmas crenças: a precipitação feminina, a sexualidade masculina e a hostilidade masculina. No que diz respeito à precipitação feminina, estão crenças que dão a ideia de que foi a mulher que iniciou o

contacto e provocou o abuso e de que ela mentiu ou exagerou sobre a situação – fabricação da vítima – e de que esta deseja ou gosta de ser violada – teoria da vítima masoquista (Koss, 1988; Caridade, 2011). Relativamente à sexualidade masculina, estão associadas as crenças de que o homem não consegue controlar os seus próprios impulsos sexuais (Cowan, 2000). Por fim, na hostilidade masculina surgem as crenças de que os agressores são sujeitos desviantes e com algum tipo de patologia mental e que a hostilidade e a raiva em torno da mulher podem favorecer a violação (Caridade, 2011).

Cook (1995), no seu estudo sobre as atitudes e crenças legitimadoras da agressão sexual, nomeadamente a violação, e as circunstâncias específicas em que estas são ativadas, verificou que, apesar da maioria dos participantes terem afirmado que não concordavam com comportamentos sexuais coercivos, existiam três situações em que eram desculpados, são elas: quando a mulher inicialmente concorda com o ato sexual mas que depois muda de ideias; quando existe uma “provocação” sexual ao companheiro; e quando já existe um histórico de relações sexuais com a pessoa. Jaffe e colaboradores (1992), verificaram também que o sexo forçado é legitimado em relações amorosas de longa duração ou quando a mulher tem comportamentos considerados “provocadores”. Num estudo mais recente, Serquino-Ramiro (2005; Matos *et al.*, 2006) também concluiu que a coerção sexual é legitimada, nomeadamente, quando uma das partes permite a privacidade do casal, proporciona o impulso à intimidade física, emite sinais ambíguos e quando a coerção é interpretada como sendo ocorrida no âmbito do descontrolo dos impulsos sexuais.

Um estudo da Comissão Europeia, realizado em 2016, concluiu que 29% dos portugueses acredita que sexo sem consentimento pode ser justificado: 19% considera que é justificável caso a vítima se encontre alcoolizada ou drogada; 15% quando a vítima leva, voluntariamente, o agressor para casa; 12% quando a pessoa veste algo considerado *sexy*, provocador ou relevador; 10% quando a vítima não diz que não claramente ou não resiste à investida do agressor. O estudo concluiu, também, que 19% da amostra concorda que as mulheres inventam ou exageram nas denúncias de abuso sexual e de violação e 17% afirmam que os atos de violência apenas se devem à vítima (European Commission, 2016).

Contudo, esta legitimação parece ser transversal a todas as faixas etárias. Geiger, Fischer e Eshet (2004), num estudo com uma amostra de estudantes universitários concluíram que existem atitudes mais negativas face à culpabilização da vítima e uma

tendência para uma maior desculpabilização da agressão sexual. Porém, existem estudos que têm comprovado que existe uma diferença de gênero face às atitudes de violência sexual em que o sexo masculino tem uma maior tendência a defender os mitos sexuais do que o sexo feminino.

Também Caridade (2011) identificou entre jovens universitários a presença de crenças legitimadoras de violência sexual assim como a tendência para a generalização e desvalorização de atos sexuais indesejados de menor gravidade como sendo avanços sexuais.

No que concerne à vitimização masculina, embora muito menos estudado, também existem alguns mitos tais como o estereótipo de que o homem não pode ser violado ou de que a agressão sexual contra os homens apenas ocorrem em contextos institucionais (Donnelly & Kenyon, 1996; Shechory & Idisis, 2006).

As crenças e atitudes de aceitação face à violência podem também influenciar o grau de severidade da situação (Hurt, Maver & Hofmann, 1999). No que diz respeito às crenças de gênero, os estudos demonstram que o grau de severidade é diferente caso o agressor seja homem ou mulher. A violência perpetrada por homens é percebida como sendo mais grave e severa (Hilton, Harris & Rice, 2003; Simon, *et al.*, 2001; Stith, *et al.*, 2004), por outro lado, a violência realizada por mulheres é, geralmente, ignorada, vista como alvo de chacota e entendida como sendo inconsequente, pouco séria e pouco ameaçadora (Cobinna, Like-Haislip & Miller, 2010; Robertson & Murachver, 2009).

Os atos violentos exercidos pelas mulheres são mais facilmente desculpabilizados, legitimados (Seelau, Seelau & Poorman, 2003; Sundaram, 2013) e entendidos como menos criminosos (Ferguson & Negy, 2004; Robertson & Murachver, 2009) fazendo com que haja uma maior aceitação dessas atitudes em relação à violência feminina (Robertson & Murachver, 2009; Merten & Williams, 2009; Sundaram, 2013). Talvez por isso, as vítimas do sexo masculino são mais recorrentemente culpabilizados pelos comportamentos agressivos de que são vítimas (Lehmann & Santilli, 1996; Stewart & Maddren, 1997). Estas atitudes de aceitação parecem estar associadas à crença de que as mulheres não são capazes de causar um dano físico grave no sujeito masculino.

São vários os estudos que demonstram que existe a tendência para desculpabilizar a violência quando essa mesma violência é perpetrada pelo sexo feminino (Ferguson & Negy, 2004; Simon, *et al.*, 2001). Lehmann e Santilli (1996) concluíram que estudantes

universitários perceberam a violência perpetrada pelo sexo feminino como sendo algo que ocorre com menor frequência e resultado de fatores situacionais, como por exemplo a legítima defesa. Pelo contrário, a violência perpetrada pelo sexo masculino era vista não como sendo algo mais provável de acontecer, mas também como sendo fruto de características negativas de personalidade. Um outro estudo de 2006, realizado por Davies e Rogers, constatou que as vítimas do sexo masculino eram vistas mais negativamente e culpabilizadas mais frequentemente pela violência. Os agressores foram mais responsabilizados pelo abuso quando a vítima era do sexo feminino e as vítimas mulheres foram percebidas como sendo menos responsáveis pelo abuso do que as vítimas do sexo masculino. Para além disto, perante o cenário apresentado houve uma maior facilidade em classificar como abuso sexual quando a vítima era uma mulher, surgindo mais dúvidas quando a vítima era um homem. De acordo com os autores, isso pode ser justificado, em parte, pela crença de que as vítimas mulheres experienciam situações de violência sexual de forma mais violenta e traumática, enquanto os homens são mais passíveis de experienciar tal incidente como sendo sexualmente prazeroso. Conclusão corroborada por vários autores, que também concluíram que as mulheres agressoras eram menos responsabilizadas e culpabilizadas pelos seus atos (Gerber, Cronin & Steigman, 2004; Taylor & Sorenson, 2005; Rhatigan, Stewart e Moore, 2011; Stewart *et al.*, 2012).

Este tipo de diferenciação de severidade entre ambos os sexos pode dever-se ao estereótipo de que os homens são, geralmente, vistos como maiores, mais pesados e com mais força muscular em comparação com as mulheres (Pagelow, 1985; Ruble, Cohen & Ruble, 1984). Alguns autores, como Hollander (2001) defendem que esta ideia é baseada em crenças culturalmente compartilhadas.

Capítulo 3 – O Impacto do Gênero e Experiência de Abuso na Infância na Violência Sexual

3.1 – O Impacto do Gênero na Violência Sexual

Os estudos feitos sobre a temática de violência no namoro focam-se muito na violência exercida sobre a mulher. Contudo, diversos autores concluíram que ambos os géneros podem ser violentos e que tanto as mulheres como os homens podem ser vítimas e agressores (Oswald & Russell, 2006; McDermott et al., 2016; Scarduzio, Carlyle, Harris & Savage, 2016). A verdade é que, os atos de violência exercidos pelo género masculino são, na sua grande maioria, mais devastadores e com consequências mais graves para a vítima (Lewis & Fremouw, 2001) e isso até pode ser justificativo para que haja uma maior sensibilização para o assunto, contribuindo para o estereótipo de que o homem não pode ser vítima de agressão na intimidade.

O contexto histórico e temporal tem vindo a apresentar o homem como sinónimo de poder e de força e como sendo a pessoa dominadora no casal, a ideia de que a mulher pode não ser a vítima mas sim a agressora vai contra o estereótipo que existe na sociedade e, por isso, é vista com alguma relutância, fazendo com que o homem vítima de violência experimente sentimentos de vergonha, de fracasso e que ferem a visão de masculinidade (Aldrighi, 2004).

Os estudos que abordam a violência entre parceiros focalizada na vitimização masculina ainda são muito escassos. Um estudo europeu coordenado por Portugal concluiu que a prevalência de violência entre parceiros é diferente entre cidades europeias. Tanto os homens como as mulheres eram tanto vítimas como agressores, existindo poucas diferenças entre géneros. No Reino Unido, um estudo dessa mesma natureza mostrou que existe uma prevalência de violência física de 1% nos homens e 2% nas mulheres. Um outro estudo na Suécia e Dinamarca sobre a mesma temática mostrou uma simetria entre os géneros no que diz respeito a violência física – na Suécia os resultados foram de aproximadamente 8% tanto para os homens como para as mulheres e na Dinamarca 5% nas mulheres e 6% nos homens (Manuel, 2014).

Contudo, também existem estudos que sugerem que as mulheres exercem mais violência do que os homens (Foshee *et al.*, 1996; Hettrich & O’Leary, 2007; Makepeace, 1983; Flake, 2013). Jezl e colaboradores (1996) concluíram que 67.5% dos homens afirmam terem sofrido algum tipo de comportamento violento por parte da sua parceira,

enquanto nas mulheres essa taxa manteve-se nos 50.8%. Isso demonstra que, apesar de a grande maioria dos estudos centrarem-se na mulher como a vítima, a realidade é que também o homem padece desse mal.

Sharpe e Taylor (1999) mostraram que, para além do facto de os homens sofrerem mais violência física do que as mulheres, as mulheres eram mais propensas do que os homens a relatar os episódios de agressão. Estas conclusões foram ao encontro com as conclusões do estudo de Magdol e colaboradores (1997) que verificaram que 21% dos homens e 37% das mulheres afirmaram cometer violência no relacionamento íntimo. Contudo, estes números parecem ser válidos para a violência física e psicológica e não para a violência sexual em que os estudos apontam os homens como mais propensos a cometerem este tipo de violência (Foshee *et al.*, 1996; Sears, Byers & Price 2007; Flake, 2013)

Em relação à violência sexual, o estereótipo de que a mulher são, na sua maioria, vítimas e o homem o agressor parece ser ainda mais acentuado, contudo, e também aqui, o contrário também pode ocorrer e tem sido cada vez mais estudado (Baumeister, Catanese & Wallace, 2002; Martins, 2013; Gaspar, 2017). O sexo masculino ainda é percebido como potencial agressor e ameaçador (Anderson & Struckman-Johnson, 1998; Oswald & Russel, 2006; Gaspar, 2017). Embora, de facto, as mulheres são quem são mais frequentemente vitimizadas – a nível mundial 35.6% das mulheres foram/são vítimas de algum tipo de agressão sexual – essa discrepância pode ser deturpada devido às desigualdades de género nas taxas de denúncias (Chapleau, Oswald & Russell, 2008).

Com a evolução da sociedade e com a mudança do papel da mulher na mesma, assumindo uma posição mais igualitária em relação ao homem, é cada vez mais frequente ser a mulher a iniciar o contacto sexual e de uma forma coerciva. Esse facto pode justificar os crescentes comportamentos de violência sexual das mulheres contra o homem (Anderson & Aymami, 1993). Num estudo de Harris e Bohnhoff (1996) as conclusões indicaram que quando estamos perante um cenário em que é o homem a coagir a mulher, este ato é considerado como algo negativo e menos aceitável se compararmos com o cenário em que é a mulher a coagir o homem, isso deve-se ao facto desse comportamento ser menos frequente. Os comportamentos abusivos por parte da mulher tendem a ser visto como comportamentos românticos ou sedutores (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1991; Gaspar, 2017). Autores como Archer (2000) afirmam que existe uma tendência para relativizar a agressão se esta partir de uma mulher em relação ao homem

o que leva a uma descredibilização e a um acentuar do impacto negativo da agressão na vítima do sexo masculino. Contudo, os homens quando confrontados com um possível contacto sexual não desejado por parte das mulheres, não o percebem como algo tão negativo e até podem descredibilizar ou minimizar o ato, podendo este ser um dos fatores que pode contribuir para a legitimação das crenças sexistas (Black & Gold, 2003; Gaspar, 2017).

3.2 – O Impacto da Experiência de Abuso na Infância na Violência Sexual

Experiências anteriores de violência podem ser preditores de comportamentos tanto de vitimização como de agressão (Oliveira & Sani, 2005). A experiência de abuso na infância tem sido considerada com um dos preditores do uso na violência sexual numa fase mais adulta da vida da pessoa. A verdade é que qualquer experiência precoce negativa provoca um efeito adverso no desenvolvimento do indivíduo (Paiva & Figueiredo, 2003).

Tais experiências têm um impacto bastante significativo nas dimensões de ajustamento psicológico, principalmente no que diz respeito ao nível da vinculação, da qualidade dos relacionamentos interpessoais e no emergir de perturbações mentais (Figueiredo *et al.*, 2002; Kitzmann *et al.*, 2003). Essas consequências são fruto de um desenvolvimento precário da noção que se constrói de si próprio e do outro, resultando, por exemplo, num desajustamento emocional e em condutas comportamentais menos adaptadas e mais defensivas (Paat & Markham, 2016). Por outras palavras, os modelos internos que se formam são inseguros e acabam por limitar a hipótese de se estabelecerem relações interpessoais que não confirmem esses modelos, incapacitando o indivíduo de vivenciar experiências positivas junto de outros (Paat & Markham, 2016), estabelecendo uma espécie de ciclo vicioso que acaba por condicionar o estabelecimento de relações interpessoais verdadeiramente adequadas e saudáveis na idade adulta (Clark, Shaver & Calverley, 1994; Paiva & Figueiredo, 2003). De referir que essas experiências não precisam de ser apenas na infância, mas sim ao longo de todo o ciclo de vida, contudo, é na infância que se podem criar padrões mais enraizados na pessoa (Paiva & Figueiredo, 2003).

Ao nível dos relacionamentos amorosos, estas pessoas apresentam dificuldades em estabelecer relações de intimidade, uma vez que existe uma menor satisfação, menos capacidade de ajustamento, desacordo, incapacidade de corresponder de uma forma emocionalmente satisfatória ao parceiro e falta de suporte (Figueiredo *et al.*, 2002).

No que concerne à patologia mental resultante de experiências de abuso na infância, estas, muitas vezes, são caracterizadas pela presença de sintomatologia depressiva, comportamentos autodestrutivos, desvalorização pessoal, baixa autoestima e comportamentos desorganizados e/ou impulsivos (Figueiredo *et al.*, 2000; Gibb, Abramson & Alloy, 2004)

Vários estudos comprovam a existência de uma correlação positiva entre a exposição à violência durante a infância com a vitimização e/ou prática de violência nas relações de intimidade (Paiva e Figueiredo, 2003; Gover, Kaukinen & Fox, 2008). Jankowski e colaboradores (1999) descobriram que testemunhar um ato de violência entre pais influencia significativamente o risco de a pessoa perpetrar violência numa futura relação de intimidade. Um estudo longitudinal feito por Swinford e colaboradores, concluído em 2000, com uma amostra de 608 sujeitos encontraram relação positiva entre práticas disciplinares de punição física na infância com o uso de violência no relacionamento íntimo para com o/a companheiro/a no início da idade adulta.

Um outro aspeto importante é o tipo de relacionamento mantido com os pais durante a infância, uma vez que este tem um papel muito importante na definição de estratégias de vinculação e que interferem com a forma como a pessoa se relaciona futuramente, nomeadamente na idade adulta (Paiva & Figueiredo, 2003). Por isso, a presença de relações abusivas durante esta fase de desenvolvimento da criança, associa-se a padrões de vinculação inseguros e, por conseguinte, a uma futura psicopatologia na idade adulta (Alexander, 1993; Crittenden *et al.*, 1991; Figueiredo *et al.*, 2001 *cit. in* Paiva & Figueiredo, 2003)

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4 – Método

4.1 – Objetivos da Investigação

Com a realização do presente estudo pretende-se compreender a prevalência da violência sexual nas relações de namoro entre jovens universitários assim como a forma como estes percebem estas situações e compreender o impacto do género e da experiência de abuso na infância na perpetração/vitimização deste tipo de abuso. Ou seja:

- a) Estabelecer a prevalência e rastreio dos diferentes comportamentos sexuais violentos praticados e/ou sofridos, nas relações de intimidade, dos estudantes universitários;
- b) Caracterizar as atitudes e crenças, dos estudantes universitários, em relação à violência sexual perpetrada contra os seus parceiros e identificar o grau de aceitação destes comportamentos;
- c) Analisar o nível de relação entre as atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos nas relações de intimidade dos estudantes;
- d) Explorar o impacto do género na vitimização e na perpetração de comportamentos de violência sexual assim como nas atitudes e nas crenças;
- e) Explorar o impacto de fatores como a experiência de abuso na infância na vitimização e na perpetração da violência sexual assim como nas crenças e nas atitudes;
- f) Explorar o impacto de fatores como experiência de relacionamentos violentos na vitimização e na perpetração da violência sexual assim como nas crenças e nas atitudes.

4.2 – Participantes

Participaram neste estudo 123 estudantes, sendo 73 do sexo feminino (59,3%), com idades compreendidas entre os 18 e os 51 anos ($M = 21,8$ anos; $DP = 0,367$) a frequentarem 20 cursos lecionados na Universidade de Évora, escolhidos através de uma amostragem de conveniência e com os seguintes critérios de inclusão: a) Estar numa relação de namoro; b) Frequentar um curso superior, na Universidade de Évora; c) Ter idade igual ou superior a 18 anos.

Como forma de atingir uma amostra maior utilizou-se a técnica de *snowball*, uma técnica de amostragem não probabilística e de conveniência, em que os participantes deveriam convidar mais dois colegas a participar no estudo e, caso isso acontecesse, como forma de recompensa, ganhariam um crédito extra numa disciplina.

Verificou-se que 13% (16) dos participantes frequentava o 1º ano do curso, 48,8% (60) o 2º ano, 20,3% (25) do 3º ano, 10,6% (13) o 4º ano, 6,5% (8) o 5º ano e 0,8% (1) o 6º ano. Dessa amostra, 71,5% (88) encontravam-se a frequentar o curso de Psicologia, 4,1% (5) Engenharia Mecatrónica, 3,3% (4) Sociologia, 2,4% (3) Bioquímica, 2,4% (3) Ciências da Educação, 2,4% (3) Informática, 2,4% (3) Gestão, 1,6% (2) Arquitetura, 1,6% (2) Relações Internacionais, 0,8% (1) Medicina Veterinária, 0,8% (1) Matemática Aplicada à Economia e Gestão, 0,8% (1) Estudos Europeus, 0,8% (1) Turismo, 0,8% (1) Línguas e Literatura, 0,8% (1) Enfermagem, 0,8% (1) Música, 0,8% (1) Geologia, 0,8% (1) e 0,8% (1) o Mestrado em Políticas Públicas e Projetos.

No que diz respeito à área de residência, 46,3% (57) residiam no distrito de Évora, 11,4% (14) no distrito de Santarém, 10,6% (13) no distrito de Portalegre, 7,3% (9) no distrito de Lisboa, 5,7% (7) no distrito de Setúbal, 4,9% (6) do distrito de Faro, 3,3% (4) no distrito de Beja, 3,3% (4) no distrito de Leiria e 7,2% (9) noutras regiões do país.

No que diz respeito à relação atual, 52,8% (65) está na relação há mais de 1 ano, 8,9% está na relação há mais de 6 meses, mas menos do que 1 ano, 15,4% (19) está na relação há cerca de 6 meses e 22,8% (28) está na relação há menos de 6 meses. De referir que 56,9% (70) não coabitam com o parceiro.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Variáveis	N	%	Média (DP)
Gênero			
Feminino	73	59,3	
Masculino	50	40,7	
Idade			
18-23 anos	103	83,8	21,77 (4,067)
24-29 anos	15	12,2	
30-35 anos	3	2,4	
>36 anos	2	1,6	
Situação de coabitação			
Sim	53	43,1	
Não	70	56,9	
Tempo de namoro			
Há mais de 1 ano	65	52,8	
Há mais de 6 meses, mas menos de 1 ano	11	8,9	
Há cerca de 6 meses	19	15,4	
Há menos de 6 meses	28	22,8	

Tal como se pode verificar na tabela 2, relativamente à experiência de abuso no passado, 65,9% (81) afirmaram que não sofreram qualquer tipo de abuso e 34,1% (42) referem que foram vítimas de abuso em algum período da sua infância. Dessa percentagem, o sexo masculino é quem relata ter experienciado esse tipo de abuso, com 73,8% (31) a responderem de forma afirmativa à questão. Relativamente ao tipo de abuso, 57,1% (24) sofreram de abuso psicológico – 13 (54,2%) do sexo masculino e 11 (48,8%) do sexo feminino – 40,5% (17) sofreram algum outro tipo de abuso que não foi estudado – sendo que este tipo de resposta aconteceu apenas do sexo masculino – e 2,4% (1) respondeu que não sabe ou preferiu não responder. Relativamente à experiência de relações violentas, 36,6% (45) indicaram que são ou já foram vítimas de algum ato violento numa relação de intimidade. Nesta questão, o sexo masculino volta a ser o género com maior percentagem de resposta afirmativa com 75,6% (34).

Face à dinâmica relacional dessa relação 31,7% (39) relataram comportamentos violentos na relação – 37 (94,9%) homens e 2 (5,1%) mulheres – sendo que 2,6% (1) afirma que esses comportamentos ocorreram entre o 6º mês e o 1º ano, 7,7% (3) afirma que esses mesmos comportamentos violentos ocorreram entre o 1º e o 6º mês de relação e 5,1% (2) após o 1º ano. Relativamente à frequência dos comportamentos, 2,6% (1) diz que é diariamente e 10,2% (4) diz que é mensalmente. 31,7% (39) já tentaram terminar a relação por considerá-la violenta e 47,2% (58) indica que tem conhecimento de alguma situação de violência no namoro no seu grupo de amigos.

Tabela 2. Historial de violência

Variáveis	N (%)	Feminino (%)	Masculino (%)	Média (DP)
Experiência de abuso na infância				1,34 (,476)
Sim	42 (34,1)	11 (26,2)	31 (73,8)	
Não	81 (65,9)	62 (76,5)	19 (23,5)	
Tipo de abuso sofrido				5,02 (1,988)
Psicológico	24 (57,1)	11 (45,8)	13 (54,2)	
Físico	0 (0)	0 (0)	0 (0)	
Sexual	0 (0)	0 (0)	0 (0)	
<i>Stalking</i>	0 (0)	0 (0)	0 (0)	
Não sabe/Não responde	1 (2,4)	0 (0)	1 (100)	
Não se aplica	17 (40,5)	0 (0)	17 (100)	
É ou já foi vítima de violência na sua relação amorosa				1,37 (,484)
Sim	45 (36,6)	11 (24,4)	34 (75,6)	
Não	78 (63,4)	62 (79,5)	16 (20,5)	
Presença de comportamentos violentos				1,32 (,467)
Sim	39 (31,7)	2 (5,1)	37 (94,9)	
Não	84 (68,3)	73 (86,9)	11 (13,1)	
Ocorrência de comportamentos violentos				4,91 (,425)
Durante o 1º mês	0 (0)	–	–	
Entre o 1º mês e o 6º mês	1 (2,6)	1 (100)	0 (0)	
Entre o 6º mês e o 1º ano	3 (7,7)	0 (0)	3 (100)	
Após o 1º ano	2 (5,1)	1 (50)	1 (50)	
Não se aplica	33 (84,6)	0 (0)	33 (100)	
Frequência de comportamentos violentos				3,94 (,321)
Diariamente	1(2,6)	0 (0)	1 (100)	
Semanalmente	0 (0)	–	–	
Mensalmente	4 (10,2)	1 (25)	3 (75)	
Não se aplica	34 (87,2)	1 (2,9)	33 (97,1)	
Tentativa de terminar relação				1,32 (,467)
Sim	39 (31,7)	1 (2,6)	38 (97,4)	
Não	84 (68,3)	72 (85,7)	12 (14,3)	
Conhecimento de situação de violência				1,47 (501)
Sim	58 (47,2)	30 (51,7)	28 (48,3)	
Não	65 (52,8)	43 (63,2)	22 (33,8)	

4.3 – Instrumentos

4.3.1 – Escala de Crenças sobre Violência Sexual

A Escala de Crenças sobre a Violência Sexual (ECVS), (Martins *et al.*, 2012), tem como objeto a medição do grau de aceitação do indivíduo perante o uso da violência sexual na relação de intimidade. A mesma procura concetualizar como potenciais vítimas/perpetuadores – de ambos os gêneros – procura fazer referência a um *continuum* do comportamento sexual violento. É constituída por 30 itens, respondidos numa escala de tipo *likert* de cinco pontos, e 5 fatores. O fator 1 denominado de “*representação estereotipada da violação*” engloba 12 itens (2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29) que integram um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual face à existência de um passado sexual entre o agressor e a vítima e à ausência de violência física durante o ato sexual praticado. Já o fator 2, “*provocação da vítima*”, de 5 itens (8, 11, 13, 26, 27) que originam a noção de que a violência sexual poderá ser justificável em função de determinadas condutas praticadas pela vítima. O fator 3, “*consentimento da vítima*”, de 4 itens (10, 17, 18, 19) referentes a um conjunto de crenças que legitimam a violência sexual com base na ideia de que a vítima consente ou induz o ato sexual, desejando-o e sentindo prazer com este. O fator 4, “*falsa noção de invulnerabilidade pessoal*”, de 5 itens (1, 3, 4, 7, 30) que integram um conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas possuem características que os tornam distintos da restante população, nomeadamente, características de vulnerabilidade. Por fim, o fator 5, “*falsas alegações*”, de 4 itens (5, 12, 14, 20) que fomentam a noção de que a violência sexual poderá ser desvalorizada mediante a negação da sua ocorrência e a interpretação de que as queixas de violação ou tentativas de violação são sinais de arrependimento ou de retaliação (Martins *et al.*, 2012).

4.3.2 – Escala de Táticas de Conflito Revistas 2

A Escala de Táticas de Conflitos Revista 2 (CTS2) (Alexandra & Figueiredo, 2006), pretende avaliar o modo como os casais resolvem os seus conflitos, se através de estratégias de negociação ou através de estratégias abusivas tais como o abuso físico sem sequelas, o abuso físico com sequelas, a agressão psicológica e a coerção sexual. Os itens que englobam esta escala explicitam o contexto em que as agressões ocorreram e operacionalizam em dois níveis de severidade, o ligeiro e o severo. Assim, os itens com número ímpar fornecem informação relativa à perpetração e os itens pares correspondem à vitimização. Para cada item existem oito categorias de resposta – devido às características desta Escala, foi necessário um ajuste na análise dos seus itens em que em relação ao valor 7 que correspondia “isso já aconteceu” foi considerado como valor 1, “aconteceu uma vez”, e em relação ao valor 8 que correspondia “isso nunca aconteceu” foi considerado como valor 0 – em que as primeiras seis pretendem determinar a cronicidade e a prevalência das estratégias verificadas nos últimos doze meses, na relação (Alexandra & Figueiredo, 2006).

Aplicou-se, unicamente, a escala de coerção sexual para fins de contextualização dos comportamentos coercivos praticados, constituída por 14 itens (perpetuação – itens 15, 19, 47, 51, 57, 63, 75 / vitimização – itens 16, 48, 52, 58, 64, 76).

4.3.3 – Escala de Coerção Sexual do Perpetuador e da Vítima

A Escala de Coerção Sexual do Perpetuador (ECSP) (Mathes & McCoy, 2011) e traduzida e utilizada em língua portuguesa por Ramos (2019), mede a tendência de um indivíduo praticar atos de coerção sexual, enquanto a Escala de Coerção Sexual da Vítima (ECSV) mede a tendência de uma pessoa se tornar vítima deste tipo de violência. Cada um dos itens procura medir a tendência de praticar ou de sofrer um meio coercivo específico, a fim de obter um ganho sexual, nomeadamente o uso de estratégias como o ofender, o discutir, o fazer sentir remorsos, a obrigatoriedade de realizar o ato sexual, a bebida, o suplicar, a chantagem, a ameaça, a força física, a oferta de perdas ou de benefícios financeiros, o acariciar inapropriado, o expor e o tocar inapropriado. Cada uma

das escalas engloba 13 itens, respondidos numa escala de tipo *likert* de cinco pontos e apresentam três fatores, separadamente: Fator 1, “verbal” – abrange os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6; o fator 2, “tocar/expor” – itens 7, 8, 9 e o fator 3, “coerção ilegal” – itens 10, 11, 12, 13 (Mathes & McCoy, 2011).

4.3.4 – Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro

As Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro (ATI) (Price, Byers & Dating Violence Research Team, 1999), também traduzida e utilizada em língua portuguesa por Ramos (2018). Estas escalas procuram medir as atitudes perante o uso da violência física, psicológica e sexual nas relações de namoro perpetrada quer pelos homens, quer pelas mulheres. A mesma tem como objetivo compreender o desenvolvimento e a manutenção das atitudes de suporte para a violência. Cada uma das escalas apresenta um número variável de itens com uma escala de resposta de cinco pontos, do tipo *likert*. A escala da violência sexual apresenta na sua totalidade 12 itens para cada uma das suas versões (Price, Byers & Dating Violence Research Team, 1999).

4.4 – Procedimento de recolha de dados

Os dados foram recolhidos em duas fases distintas: Dezembro de 2018/Janeiro de 2019 e Maio de 2019. Os dados foram recolhidos em contexto laboratorial, incluindo um teste de Associação Implícita com recurso a E-Prime 2.0, que não foi utilizado neste estudo. Os participantes respondiam num computador, ficando os dados registados automaticamente em base de dados.

Capítulo 5 – Análise de Dados

5.1 – Consistência Interna das Escalas

Foi testada a consistência interna, de cada uma, das escalas de medida aplicadas, através do Alfa de Cronbach. Os resultados são apresentados na tabela 3, e são também incluídos os dados da consistência interna obtidos pelos autores originais das escalas.

Tabela 3. Consistência interna das escalas

Escola	Nº de itens	α Cronbach	α Cronbach original
Escalas de Atitudes Masculinas em relação à Violência Sexual	12	0,660	0,88 (Price <i>et al.</i> , 1999)
Escalas de Atitudes Femininas em relação à Violência Sexual	12	0,620*	0,78 (Price <i>et al.</i> , 1999)
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Representação Estereotipada da Violação	12	0,856	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Provocação da Vítima	5	0,733	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Consentimento da Vítima	4	0,788	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Falsa Noção de Invulnerabilidade Pessoal	5	0,594	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual - Falsas Alegações	4	0,817	-
Escala de Crenças sobre Violência Sexual – Total	30	0,915	0,91 (Martins <i>et al.</i> 2012)
Escala de Coerção Sexual do Perpetuador – Verbal	6	0,905	-
Escala de Coerção Sexual do Perpetuador – Toçar/Expor	3	0,805	-
Escala de Coerção Sexual do Perpetuador – Coerção Ilegal	4	0,937	-
Escala de Coerção Sexual do Perpetuador – Total	13	0,951	0,88 (Mathes & McCoy, 2011)
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Verbal	6	0,760	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Toçar/Expor	3	0,826	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Coerção Ilegal	4	0,831	-
Escala de Coerção Sexual da Vítima – Total	13	0,895	0,89 (Mathes & McCoy, 2011)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Agressor Ligeiro	3	0,800	0,56 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Agressor Severo	4	0,931	0,56 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Vitimização Ligeiro	3	0,720	0,51 (Alexandra & Figueiredo, 2006)
Escala de Tática de Conflitos 2 – Coerção Sexual Vitimização Severo	4	0,964	0,51 (Alexandra & Figueiredo, 2006)

*(Retirado o item 4)

Os resultados demonstram que a fiabilidade das escalas varia entre moderada e elevada, com exceção para a ‘Escala de Atitudes Femininas em Relação à Violência Sexual’, tendo sido necessário retirar um item para que esta apresentasse valores aceitáveis – mais baixos – de fiabilidade.

5.2 – Resultados

5.2.1 – Caracterização das Atitudes e Crenças Legitimadoras da Violência Sexual

Considerando que as respostas de cada uma das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual, podem variar entre 1 e 5, como os dados foram invertidos em toda a escala, o 1 passou a significar valores baixos para atitudes de violência sexual e o 5, valores altos para atitudes em relação à violência sexual. Os valores das médias obtidas revelam um nível de aceitação bastante baixo da prática de violência sexual para ambos os sexos, mas com valores a penderem ligeiramente mais para o sexo feminino.

Recorrendo à tabela 4, relativa à média e desvio-padrão, observa-se que as atitudes violentas do género masculino apresentam valores menores ($M = 1,51$; $DP = 0,48$) comparativamente com as atitudes do género feminino. Isto significa que as atitudes de violência sexual masculina são aquelas que são menos aceites.

Tabela 4. Média e desvio-padrão das Escalas de Atitudes em relação à Violência Sexual

	Média (DP)
Escala de Atitudes Masculinas	1,51 (0,48)
Escalas de Atitudes Femininas	1,87 (0,43)

Em relação às crenças legitimadoras da violência sexual, através da análise das estatísticas descritivas da Escala (Tabela 5), podemos constatar que todos os valores médios dos diferentes fatores utilizados são baixos, demonstrando que os participantes apresentam um muito baixo nível de crenças que legitimam a violência sexual.

De referir que o tipo de crença mais aceites pelos participantes do estudo são as que se referem às ‘falsas alegações’ ($M = 2,11$; $DP = 0,73$) seguindo-se as crenças relacionadas com o ‘consentimento da vítima’ ($M = 2,06$; $DP = 0,81$) e as crenças menos aceitáveis são as referentes à ‘falsa noção de invulnerabilidade

peçoal' (M = 1,35; DP = 0,36) e à '*representação estereotipada da violação*' (M = 1,42; DP = 0,45).

Tabela 5. Média e desvio-padrão da Escala de Crenças

Fator	Nº de itens	Média (DP)
Representação estereotipada da violação	12	1,42(0,45)
Falsa noção de invulnerabilidade pessoal	5	1,35(0,36)
Consentimento da vítima	4	2,06(0,81)
Provocação da vítima	5	1,85(0,78)
Falsas Alegações	5	2,11(0,73)

5.2.2 – Prevalência dos Tipos de Coerção Sexual e das Estratégias Coercivas

Com o objetivo de observar a prevalência da coerção sexual nas relações de namoro dos estudantes universitários analisou-se os dados referentes à Escala de Coerção Sexual da Vítima (ECS-Vítima), à Escala de Coerção Sexual do Perpetuador (ECS- Perpetuador) e às Escalas de Táticas de Conflitos 2, subescala coerção sexual (ETC2).

No que diz respeito à Escala de Coerção Sexual, (ECS), esta é dividida entre Vítima e Agressor e tem como propósito identificar se existe comportamentos sexuais coercivos na relação – no caso da ECS-Perpetuador, procura reconhecer se o sujeito pratica algum tipo de coerção sexual. No caso da ECS-Vítima, pretende reconhecer se o indivíduo sofreu algum tipo de coerção sexual. Cada uma das Escalas é constituída por três fatores: “verbal”; “tocar/expor” e “coerção ilegal”.

A estatística descritiva (Tabela 6) indica que os valores médios são bastante baixos em todos os fatores sendo a ECS-Vítima uma média mais alta (M= 1,26; DP = 0,45) do que a ECS-Perpetuador (M = 1,14; DP = 0,33).

Tabela 6. Média e desvio-padrão da Escala de Coerção Sexual da Vítima e do Perpetuador

Subescalas	Média (DP)
ECSVítima_Verbal	1,27 (0,48)
ECSVítima_Tocar/Expor	1,34 (0,60)
ECSVítima_Coerção Ilegal	1,18 (0,41)
ECSVítima_Total	1,26 (0,45)
ECSPerpetuador_Verbal	1,29 (0,34)
ECSPerpetuador_Tocar/Expor	1,20 (0,46)
ECSPerpetuador_Coerção Ilegal	1,10 (0,30)
ECSPerpetuador_Total	1,14 (0,33)

No que diz respeito à frequência das respostas da ECS-Vítima, por item (tabela 7), a análise das respostas afirmativas demonstra que 12,2% respondeu positivamente a, pelo menos um item. No que concerne às técnicas coercivas do tipo verbal, pelo menos, 12,2% da amostra respondeu que foi vítima de um desses tipos de coerção, sendo que ser forçado a ter sexo fazendo com que se sentisse culpado é a técnica mais usada.

Relativamente as estratégias coercivas do tipo tocar/expor, 12,9% respondeu afirmativamente a pelo menos um item, nomeadamente, situação em que foi forçado/a por alguém a ter sexo ao acariciarem os seus órgãos genitais. Em relação à coerção ilegal o valor mais elevado é para ser forçado/a por alguém a ter sexo através da chantagem, com um valor de 6,5%.

Tabela 7. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual da Vítima

Versão Vítima- Itens	Não def.	Não	Sim	Sim def.
Fator Verbal				
1. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo, fazendo com que se sentisse culpada/o?	78,9%	8,9%	11,4%	0,8%
2. Já alguma vez foi forçado/a a por alguém a ter sexo ao discutirem consigo?	82,9%	13%	4,1%	–
3. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao chamarem-lhe de púdico/a, frígido/a, etc?	82,1%	14,6%	2,4%	0,8%
4. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao fazerem-lhe sentir que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso deve sexo ao seu/à sua parceiro/a)?	78,9%	14,6%	4,9%	1,6%
5. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao alcoolizarem na/o (ou aproveitando-se de si por estar alcoolizada/o)?	78%	16,3%	4,9%	0,8%
6. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao implorando-lhe ou fazendo-lhe sentir pena da pessoa?	80,5	10,6%	8,9%	–
Fator Tocar/Expor				
7. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao despirem-se à sua frente?	77,2%	15,4%	7,3%	–
8. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao exporem-lhe as partes íntimas?	77,2%	14,6%	7,3%	0,8%
9. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao acariciarem os seus órgãos genitais?	73,2%	14,6%	10,6%	1,6%
Fator Coerção Ilegal				
10. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da chantagem?	81,3%	12,2%	6,5%	–
11. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através de algum tipo de ameaça?	86,2%	11,4%	2,4%	–
12. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da oferta de dinheiro ou de presentes caros?	88,6%	8,9%	1,6%	0,8%
13. Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através do uso da força física?	87%	11,4%	1,6%	–

Em relação à ECS-Perpetuador, a análise de frequência de resposta positivas aponta que a prevalência de perpetuação de comportamentos agressivos é de 4,1%. Relativamente às estratégias de coerção do tipo verbal, 2,4% respondeu afirmativamente a, pelo menos, um dos itens sendo que forçar alguém a ter sexo fazendo com que essa

pessoa se sentisse culpada e forçar alguém a ter sexo implorando ou fazendo com que a pessoa sentisse pena por si são as técnicas mais utilizadas pelo agressor. No que concerne às técnicas do tipo tocar/expor 4,1% respondeu positivamente a, pelo menos, um dos itens – esta é o tipo de técnica mais utilizada pelo perpetrador – sendo que expor as suas partes íntimas e acariciar os seus próprios genitais são as técnicas mais usadas. Por fim, nas técnicas de coerção sexual, 1,6% respondeu positivamente a, pelo menos, um dos itens onde a chantagem é a técnica mais utilizada.

Tabela 8. Frequências de resposta referente à Escala de Coerção Sexual do Perpetrador

Versão Agressor – Itens	Não def.	Não	Sim	Sim def.
Fator Verbal				
1. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com a que a pessoa se sentisse culpada?	91,1%	7,3%	0,8%	0,8%
2. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, discutindo com a pessoa?	90,2%	8,9%	0,8%	–
3. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ao chamar-lhe de púdic/a, de frígido/a, etc?	90,2%	7,3%	1,6%	0,8%
4. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com que a pessoa sentisse que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso o/a seu/sua parceiro/a deve-lhe sexo)?	88,6%	10,6%	–	0,8%
5. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo alcoolizando a pessoa (ou aproveitando-se da mesma por estar alcoolizada)?	90,2%	8,9%	0,8%	–
6. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo implorando ou fazendo com que a pessoa sentisse pena por si?	83,7%	13,8%	2,4%	–
Fator Tocar/Expor				
7. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo despindo-se à sua frente?	85,4%	12,2%	1,6%	0,8%
8. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo expondo as suas partes íntimas?	85,4%	10,6%	4,1%	–
9. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo acariciando os seus órgãos genitais?	80,5%	15,4%	4,1%	–
Fator Coerção Ilegal				
10. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo chantageando a pessoa?	89,4%	8,9%	1,6%	–
11. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ameaçando a pessoa?	91,9%	8,1%	–	–
12. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, oferecendo à pessoa dinheiro ou presentes caros?	90,2%	8,9%	0,8%	–
13. Já alguma vez forçou alguém a ter sexo recorrendo à força física?	91,9%	7,3%	0,8%	–

Posteriormente, e com o intuito de se compreender melhor a prevalência e a cronicidade do uso da coerção sexual na resolução de conflitos nas relações de namoro, analisou-se os dados referentes às Escalas de Táticas de Conflito 2 (ETC2).

Dadas as características de resposta desta escala, que apresenta respostas que podem variar do 1 ao 8, as médias apresentadas na Tabela 9 apenas incluem os valores médios de 1 a 6 da subescala, tendo-se optado por uma transformação das respostas 7 e 8.

Segundos os dados apresentados na Tabela 9, pode-se observar que as médias apresentam valores bastante baixos, o que sugere que não existe coerção sexual como forma de resolução de conflitos. É de referenciar que as práticas coercivas de grau severo são as que apresentam valores mais baixos – tanto na subescala da vítima como na subescala do agressor – o que sugere que os estudantes universitários, por norma, têm uma propensão ainda mais pequena na utilização desse tipo estratégia nas suas relações de namoro. Já, as mais utilizadas são as de gravidade ligeira, o que sugere que se pratica, nas relações de namoro, comportamentos sexuais coercivos ligeiros, embora, também aqui, os valores médios sejam muito baixos.

Tabela 9. Média e desvio-padrão das Escalas de Táticas de Conflito 2, subescala coerção sexual

Subescala	Média (DP)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Vítima Ligeiro	0,50 (0,92)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Vítima Severo	0,04 (0,35)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Agressor Ligeiro	0,75 (1,31)
Escalas de Táticas de Conflito 2, Coerção Sexual_Agressor Severo	0,04 (0,31)

Analisando a frequência de respostas desta escala (Tabela 10), verifica-se que, no que diz respeito às estratégias de coerção sexual de grau ligeiro, 31,7% afirmaram já ter praticado, pelo menos uma vez, este tipo de estratégia na relação. Dessas, insistir em ter relações sexuais é a estratégia de coerção de gravidade ligeira mais utilizada.

No que diz respeito às estratégias de coerção de grau severo, notou-se a prevalência de 2,4% de prática deste tipo de estratégia, pelo menos uma vez, sendo a ameaça para a obtenção de sexo oral ou anal a estratégia mais utilizada.

Relativamente às estratégias de coerção de gravidade ligeira sofridas, 28,5% respondeu positivamente a, pelo menos, um dos itens. Destas, e tal como aconteceu com

as estratégias de coerção praticadas de grau ligeiro, a insistência é a estratégias mais sofrida. Por fim, no que concerne às estratégias de coerção sofridas de grau severo, 4,1% dos participantes responderam já terem sido vítimas de, pelo menos, um dos itens.

Tabela 10. Frequências de resposta às Escalas de Táticas de Conflito 2

Item – Severidade Ligeiro (Agressão/Vitimização)	% de Resposta Positiva	Cronicidade (maior frequência)
1. Fiz o(a) meu(minha) companheiro(a) ter relações sexuais sem preservativo.	26,8%	Pelo menos, 1 vez (6,5%)
2. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	19,5%	Pelo menos, 1 vez (8,9%)
3. Insisti em ter relações sexuais quando o(a) meu(minha) companheiro(a) não queria, mas não usei força física.	31,7%	Pelo menos, 1 vez (12,2%)
4. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	28,5%	Pelo menos, 1 vez (14,6%)
5. Insisti com o(a) meu(minha) companheiro(a) para que tivéssemos sexo oral ou anal, mas não usei força física.	20,3%	Pelo menos, 1 vez (10,6%)
6. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	23,6%	Pelo menos, 1 vez (13,8%)
Item – Severidade Severo		
7. Usei a força (e.g. batendo, detendo ou usando uma arma) para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	1,6%	3 a 10 vezes (1,6%)
8. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	0,8%	6 a 10 vezes (,8%)
9. Usei a força (e.g. ferindo, detendo ou usando uma arma) para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	0,8%	3 a 5 vezes (,8%)
10. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	1,6%	1 a 5 vezes (1,6%)
11. Recorri a ameaças para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse sexo oral ou anal comigo.	2,4%	Pelo menos, 1 vez (1,6%)
12. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	4,1%	Pelo menos, 1 vez (3,3%)
13. Recorri a ameaças para fazer com que o(a) meu(minha) companheiro(a) tivesse relações sexuais comigo.	1,6%	1 a 10 vezes (1,6%)
14. O(A) meu(minha) companheiro(a) fez isso comigo.	2,4%	Pelo menos, 1 vez (1,6%)

5.2.3 – Relação entre Atitudes, Crenças e Comportamentos Sexuais Coercivos

Com o objetivo de reconhecer eventuais relações estatisticamente significativas entre as variáveis e as escalas aplicadas efetuaram-se correlações de *Pearson* (SPSS 24, 2016).

Analisando as variáveis relacionadas, podemos verificar que todas as correlações apresentam valores positivos, muitas destas correlações são significativas, contudo, de intensidade fraca a moderada (Tabela 11).

No que diz respeito às atitudes face à violência sobre homens e mulheres, elas encontram-se fortemente correlacionados de forma positiva e significativa entre si ($r=,584$) e cuja intensidade apresenta os valores mais fortes em toda a tabela. Isto significa que, quem tolera as atitudes de violência para o género masculino, também, o tolera para o género feminino e vice-versa.

As atitudes legitimadoras quer masculinas, quer femininas encontram-se, também, correlacionadas positiva, e significativamente, com todas as crenças. Em particular verifica-se a correlação mais elevada, mas moderada, entre as atitudes e a crenças de ‘representação estereotipada’, significando que, quem tem mais crenças legitimadoras, tem mais atitudes e vice-versa.

A relação entre as atitudes masculinas e atitudes femininas e a escala de coerção sexual tanto na versão vítima como na versão agressor mostram correlações positivas, significativas e de força moderada, em particular em relação à escala de atitudes legitimadoras masculina, tanto para as escalas da vítima como do agressor, o que indica que quem tolera este tipo de atitudes é, também, quem mais sofre e mais pratica violência sexual.

Quanto à escala de conflito, tal como sucedeu com a escala das crenças, ambas as atitudes apresentam uma correlação significativa para toda a escala, mais uma vez com valores mais elevados com a escala de atitudes legitimadoras da violência sexual masculina, ou seja, quem apresenta mais atitudes legitimadoras é quem sofre e pratica mais estratégias coercivas de resolução de conflitos na relação.

Em relação às crenças e partindo dos dados da escala crenças sobre violência sexual, verifica-se que, as mesmas estão correlacionadas positiva e, significativamente, com as escalas de coerção sexual tanto para a vítima como para o agressor, apenas para a

subescala de Crença de representação estereotipada e para a crença de Falsa noção de vulnerabilidade, mas ambos com intensidade fraca

No que diz respeito à correlação da escala das crenças com a escala de táticas de conflitos, verificam-se valores significativos das subescalas com todas as escalas de conflito tanto do agressor como da vítima com exceção nos fatores ‘representação estereotipada’ e ‘Falsa noção de vulnerabilidade’.

Verifica-se ainda que os conflitos do agressor ligeiro se correlacionam com todas as subescalas das crenças também de forma ligeira ou moderada.

No que concerne à coerção sexual, esta apresenta correlação positiva e significativa, com intensidade moderada, para todos os fatores da subescala da vítima – ‘verbal’, ‘tocar/expor’, ‘coerção ilegal’ e ‘total’ – e de toda a escala de resolução de conflitos, quer do agressor, quer da vítima. Destaque para os valores de correlação entre a fator ‘agressor total’ e ‘vítima total’ ($r = ,735$) e para o fator ‘agressor total’ e o fator ‘agressor severo’ e ‘vítima severo’ da escala de resolução de conflitos ($r = ,644$; $r = -652$). Quer isto dizer que, quem pratica maior coerção sexual não só também é mais vítima de coerção sexual como quem utiliza mais estratégias de resolução coercivas de grau severo e quem menos sofre desse tipo de estratégias ou vice-versa. Partindo dos dados da escala total da vítima, também esta apresenta correlação significativa e positiva nas subescalas ‘agressor’ e ‘vítima’ e em todos os seus fatores. Ou seja, quanto mais a pessoa sofreu de coerção sexual, mais estratégias coercivas ela vai utilizar e sofrer na relação.

Tabela 11. Correlações

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
1. Atitudes_Masculinas																			
2. Atitudes_Feminas	,584**																		
3. Crenças_RepresentaçãoEsteriotipo	,583**	,518**																	
4. Crenças_Provocaçãovítima	,339**	,246**	,628**																
5. Crenças_FalsaNoçãoInvulnerabilidade	,292**	,288**	,593**	,476**															
6. Crenças_FalsaNegação	,270**	,292**	,456**	,577**	,248**														
7. Crenças_Consentimentovítima	,340**	,309**	,559**	,565**	,231*	,634**													
8. Crenças_Total	,500**	,445**	,875**	,846**	,604**	,736**	,779**												
9. ECSPerpetuador_Verbal	,464**	,290**	,320**	,133	,412**	,106	,164	,278**											
10. ECSPerpetuador_TocarExpor	,469**	,308**	,352**	,194*	,327**	,140	,283**	,331**	,702**										
11. ECSPerpetuador_CoerçãoIlegal	,415**	,329**	,334**	,111	,451**	,127	,158	,285**	,819**	,692**									
12. ECSPerpetuador_Total	,496**	,335**	,365**	,159	,435**	,133	,216*	,324**	,948**	,862**	,909**								
13. ECSVítima_Verbal	,384**	,299**	,260**	,128	,358**	,089	,105	,229*	,614**	,533**	,669**	,662**							
14. ECSVítima_TocarExpor	,356**	,234**	,284**	,194*	,265**	,046	,215*	,261**	,520**	,703**	,510**	,626**	,757**						
15. ECSVítimaCoerçãoIlegal	,420**	,311**	,298**	,166	,325**	,153	,152	,274**	,686**	,607**	,780**	,753**	,795**	,718**					
16. ECSVítima_Total	,419**	,308**	,301**	,171	,351**	,101	,162	,271**	,659**	,653**	,709**	,735**	,953**	,887**	,899**				
17. Conflitos_AgressorLigeiro	,409**	,352**	,427**	,264**	,342**	,216*	,363**	,418**	,328**	,374**	,331**	,375**	,391**	,389**	,332**	,408**			
18. Conflitos_AgressorSevero	,421**	,284**	,296**	,114	,417**	,020	,055	,220*	,658**	,503**	,563**	,644**	,468**	,399**	,527**	,504**	,275**		
19. Conflitos_VítimaLigeiro	,382**	,284**	,327**	,136	,309**	,079	,147	,258**	,403**	,340**	,414**	,424**	,417**	,312**	,385**	,412**	,683**	,457**	
20. Conflitos_VítimaSevero	,418**	,270**	,232**	,090	,358**	,025	,032	,176	,675**	,502**	,564**	,652**	,477**	,415**	,544**	,518**	,255**	,976**	,421**

* A correlação é significativa a um nível de significância de 0.05 (2 -tailed) ** A correlação é significativa a um nível de significância de 0.01 (2 -tailed)

5.2.4 – Impacto do Género

De modo a testar o impacto do género na vitimização, na prática e na presença de atitudes e de crenças legitimadoras de violência sexual, nas relações amorosas, foi realizado um *T-Student* (SPSS 24, 2016) cujos dados estão apresentados na tabela 12.

Tabela 12. *T-Student para a variável do Género*

Variáveis	Feminino Média (DP)	Masculino Média (DP)	T	Sig.
AtitudesMulheres	1,82 (.39)	1,96 (.47)	-1,833	,207
AtitudesHomens	1,38 (.37)	1,70 (.57)	-3,696	,001*
Crenças_RepresentaçãoEstereotipadaViolação	1,33 (.44)	1,56 (.44)	-2,740	,429
Crenças_Provocação Vítima	1,65 (.67)	2,14 (.84)	-3,558	,026*
Crenças_FalsaNoçãoInvulnerabilidade Pessoal	1,30 (.32)	1,42 (.40)	-1,923	,155
Crenças_FalsasAlegações	2,02 (.78)	2,25 (.65)	-1,702	,058**
Crenças_Consentimento Vítima	1,87 (.76)	2,35 (.81)	-3,304	,787
Crenças_Total	1,54 (.44)	1,83 (.44)	-3,513	,551
ECSPerpetuador_Verbal	1,05 (.19)	1,24 (.47)	-3,077	,000*
ECSPerpetuador_Coerção Ilegal	1,07 (.24)	1,15 (.38)	-1,526	,005*
ECSPerpetuador_Tocar_Expor	1,16 (.43)	1,26 (.47)	-1,201	,112
ECSPerpetuador_Total	1,08 (.22)	1,22 (.43)	-2,309	,001*
ECSVítima_Verbal	1,29 (.48)	1,25 (.48)	0,430	,471
ECSVítima_Coerção Ilegal	1,16 (.38)	1,21 (.46)	-0,622	,271
ECSVítima_Tocar_Expor	1,34 (.61)	1,35 (.59)	-0,079	,932
ECSVítima_Total	1,26 (.43)	1,26 (.47)	0,009	,883
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoLigeiro	0,37 (.71)	0,68 (1,14)	-1,829	,010*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoLigeiro	0,61 (1,26)	0,95 (1,38)	-1,376	,205
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoSevero	0,02 (.87)	0,09 (.53)	-1,068	,033*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoSevero	0,21 (.13)	0,07 (.46)	-0,783	,111

* $p \leq ,05$; ** $p > ,05$ e $\leq ,09$.

Os resultados demonstram existir diferenças significativas entre os géneros em relação algumas das escalas utilizadas. No que diz respeito à ‘escala de atitudes em relação à violência’, esta apresenta diferenças estatisticamente significativas na subescala ‘atitudes dos homens’, onde os homens apresentam uma maior média ($M = 1,70$; $DP = 0,57$) significativamente maior em relação à média das mulheres, o que significa que os homens demonstram maior aceitação de atitudes de violência em relação às mulheres do que as mulheres da amostra. De referir que a média das atitudes femininas é maior, para ambos os géneros, do que a média das atitudes masculinas, o que pode mostrar que as

atitudes femininas são mais aceites do que as atitudes masculinas, contudo, esse valor não é estatisticamente significativo.

Em relação às crenças legitimadoras de violência sexual, verificou-se a existência de diferenças estatísticas significativas entre homens e mulheres na subescala ‘provocação da vítima’ e diferenças marginalmente significativas na subescala ‘falsas alegações’ e, em ambos os casos, as médias apresentam valores mais elevados no sexo masculino. Isto é, os homens manifestam mais crenças de que a violência sexual pode ser justificável caso a vítima tenha determinadas condutas que despertam no homem sentimentos de provocação ($M = 2,14$) do que as mulheres ($M = 1,65$). Os homens apresentam também mais crenças de falsa alegação, cujo objetivo seria um eventual arrependimento ou retaliação e que pode ser desvalorizada mediante a negação da sua ocorrência ($M = 2,25$) do que as mulheres ($M = 2,14$). Apesar desta diferença ser apenas marginalmente significativa ($p = ,058$).

Em relação à escala de coerção sexual, verificou-se que as diferenças estatisticamente significativas entre os géneros apenas estão presentes na subescala referente ao agressor. Aqui, tanto os fatores ‘verbal’, ‘coerção ilegal’ e ‘total’ apresentam valores estatisticamente significativos entre homens e mulheres, sendo que em todos eles os homens apresentam valores mais elevados ($M = 1,24$; $M = 1,26$ e $M = 1,22$, respetivamente).

Por fim, no que diz respeito à escala de táticas de conflito, as diferenças estatísticas entre géneros estão presentes na subescala ‘vitimização’, tanto nos fatores de grau de severidade ligeiro como severo. Nesta subescala os homens são quem apresentam médias de vitimização mais altas tanto grau de severidade ligeiro ($M = 0,68$) como de severo ($M = 0,09$), o que leva a querer que são os homens quem são mais vítimas de táticas como o abuso físico, psicológico ou coerção sexual.

5.2.5 – Impacto da Experiência de Abuso na Infância

Com o objetivo de observar possíveis diferenças na vitimização, na prática e na presença de atitudes e de crenças legitimadoras de violência sexual nas relações amorosas em função de ter tido ou não experiência de abuso na infância foi realizado um *T-Student* (SPSS 24, 2016).

Tabela 13. *T-Student para a variável da Experiência de Abuso na Infância*

Variáveis	Não	Sim	t	Sig.
	Média (DP)	Média (DP)		
AtitudesHomens	1,43 (.41)	1,66 (.58)	-2,520	,019*
AtitudesMulheres	1,83 (.40)	1,96 (.48)	-1,552	,067**
Crenças_RepresentaçãoEstereotipadaViolação	1,35 (.42)	1,57 (.47)	-2,602	,514
Crenças_ProvocaçãoVítima	1,74 (.72)	2,06 (.84)	-2,241	,265
Crenças_FalsaNoçãoInvulnerabilidadePessoal	1,30 (.30)	1,45 (.44)	-2,327	,018*
Crenças_Falsas Alegações	2,06 (.74)	2,21 (.73)	-1,137	,787
Crenças_Consentimento Vítima	1,96 (.83)	2,26 (.76)	-1,973	,322
Crenças_Total	1,58 (.44)	1,81 (.46)	-2,683	,630
ECSPerpetuador_Verbal	1,10 (.24)	1,19 (.48)	-1,443	,012*
ECSPerpetuador_Coerção Ilegal	1,08 (.25)	1,14 (.39)	-1,134	,022*
ECSPerpetuador_Tocar_Expor	1,16 (.39)	1,27 (.55)	-1,218	,031*
ECSPerpetuador_Total	1,11 (.25)	1,19 (.43)	-1,422	,016*
ECSVítima_Verbal	1,25 (.44)	1,32 (.54)	-0,823	,255
ECSVítima_Coerção Ilegal	1,15 (.38)	1,23 (.48)	-0,951	,164
ECSVítima_Tocar_Expor	1,29 (.56)	1,44 (.67)	-1,373	,087**
ECSVítima_Total	1,23 (.41)	1,32 (.51)	-1,102	,196
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoLigeiro	0,35 (.65)	0,78 (1,25)	-2,477	,002*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoLigeiro	0,60 (1,19)	1,05 (1,49)	-1,825	,046*
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoSevero	0,01 (.06)	0,12 (.58)	-1,728	,001*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoSevero	0,01 (.56)	0,10 (.52)	-1,629	,001*

* $p \leq ,05$; ** $p > ,05$ e $\leq ,09$.

A partir dos dados, da Tabela 13, conclui-se que na escala que mede as atitudes explícitas, as atitudes em relação ao sexo masculino apresentam diferenças estatisticamente significativas, cujo a média é mais alta em relação ao ‘sim’ (M = 1,66) e as atitudes em relação ao sexo feminino apresentam diferenças marginalmente significativas e, também aqui, a média é mais alta em relação à resposta ‘sim’ (M = 1,96). Quer isto dizer que aqueles que responderam positivamente à pergunta “*Considera que, durante a sua infância foi vítima de algum tipo de abuso?*” legitimam mais as atitudes femininas de suporte para a violência do que as atitudes masculinas – embora estas também sejam legitimadas – comparativamente com os que afirmam não terem sido vítimas de abuso em algum período da sua infância.

Em relação à escala de crenças sobre a violência sexual, apenas existem diferenças estatísticas significativas entre quem experienciou abuso na infância e quem não experienciou – cuja média mais alta está presente entre quem respondeu afirmativamente ($M = 1,45$) – no fator ‘falsa noção de invulnerabilidade’. Ou seja, quem experienciou algum tipo de abuso na infância apresenta uma maior aceitação de crenças que legitimam ou minimizam a violência sexual mediante a ideia de que os agressores e as vítimas possuem características de invulnerabilidade que os tornam distintos da restante população.

Relativamente à escala de coerção sexual, esta apresenta valores estatisticamente significativos, com médias mais altas para quem respondeu positivamente à pergunta sobre a vivência de abusos na infância, em todos os fatores da subescala do perpetrador – verbal, $M = 1,19$; coerção ilegal, $M = 1,14$; tocar/expor, $M = 1,27$; total, $M = 1,19$ – e marginalmente significativos na subescala da vítima, no fator de ‘tocar/expor’ ($M = 1,44$). Ou seja, aqueles que declaram terem experienciado algum tipo de abuso na infância apresentam uma maior tendência de praticar todos os tipos de coerção sexual, mas também apresentam maior tendência para serem vítimas de coerção do tipo tocar/expor, como por exemplo, algum toque indesejado.

Quanto às táticas de conflito, aqueles que sofreram abuso durante a infância sofrem mais comportamentos sexuais coercivos, quer de gravidade ligeiro ($M = 0,78$), quer de gravidade severo ($M = 0,12$), do que aqueles que não passaram pelo mesmo tipo de violência. Contudo, também eles apresentam maiores níveis de perpetuação de tais comportamentos coercivos nas suas relações de intimidade quer para o grau de severidade ligeiro ($M = 1,05$) quer também para o grau severo ($M = 0,10$).

5.2.6 – Impacto da Experiência de Relacionamentos Violentos

Com o objetivo de testar o impacto da experiência de relacionamentos violentos na vitimização, na prática e na presença de atitudes e de crenças legitimadoras de violência sexual nas relações amorosas, foi, também aqui, realizado um *T-Student* (SPSS 24, 2016).

Tabela 14. *T-Student para a variável da Experiência de Relacionamentos Violentos*

Variáveis	Não Média (DP)	Sim Média (DP)	t	Sig.
AtitudesHomens	1,43 (.41)	1,66 (.56)	-2,604	,044*
AtitudesMulheres	1,85 (.41)	1,92 (.47)	-0,922	,425
Crenças_RepresentaçãoEstereotipadaViolação	1,37 (.42)	1,51 (.50)	-1,715	,389
Crenças_ProvocaçãoVítima	1,76 (.70)	2,04 (.84)	-1,663	,025*
Crenças_FalsaNoçãoInvulnerabilidadePessoal	1,31 (.31)	1,41 (.42)	-1,503	,133
Crenças_ FalsasAlegações	2,06 (.77)	2,19 (.67)	-0,906	,282
Crenças_Consentimento Vítima	2,04 (.84)	2,11 (.78)	-0,496	,269
Crenças_Total	1,61 (.44)	1,75 (.49)	-1,649	,479
ECSPerpetuador_Verbal	1,09 (.25)	1,20 (.46)	-1,764	,007*
ECSPerpetuador_Coerção Ilegal	1,09 (.27)	1,11 (.36)	-0,317	,449
ECSPerpetuador_Tocar_Expor	1,19 (.44)	1,22 (.48)	-0,400	,552
ECSPerpetuador_Total	1,11 (.27)	1,18 (.41)	-1,071	,099**
ECSVítima_Verbal	1,28 (.45)	1,27 (.53)	0,100	,901
ECSVítima_Coerção Ilegal	1,17 (.39)	1,19 (.46)	-0,357	,609
ECSVítima_Tocar_Expor	1,36 (.61)	1,31 (.58)	0,424	,438
ECSVítima_Total	1,26 (.43)	1,43 (.47)	0,079	,804
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoLigeiro	0,33 (.65)	0,79 (1,21)	-2,694	,010*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoLigeiro	0,69 (1,31)	0,85 (1,32)	-0,648	,001*
CTS2 – CoerçãoSexualVitimizaçãoSevero	0,02 (.84)	0,09 (.56)	-1,212	,033*
CTS2 – CoerçãoSexualPerpetuaçãoSevero	0,01 (.06)	0,09 (.50)	-1,532	,016*

* $p \leq ,05$; ** $p > ,05$ e $\leq ,09$.

A partir dos dados, da Tabela 14, conclui-se que, na escala que mede as atitudes explícitas, as atitudes em relação ao sexo masculino apresentam diferenças estatisticamente significativas, cujo a média é mais alta em relação ao ‘sim’ ($M = 1,66$). Por outro lado, a média mais alta está presente nas ‘atitudes das mulheres’ para quem respondeu afirmativamente à pergunta relativa à experiência de relacionamentos violentos ($M = 1,92$). Quer isto dizer que quem experienciou um relacionamento violento legitima mais as atitudes de suporte para a violência e que as atitudes femininas são mais legitimadas do que as masculinas, mas é em relação às atitudes masculinas que a variável ‘experiencia de relacionamentos violentos’ apresenta maior impacto, sendo determinante para a aceitação ou não dessas atitudes.

Em relação à escala de crenças sobre a violência sexual, apenas existem diferenças estatísticas significativas no fator ‘provocação da vítima’ cuja média mais alta está presente entre quem respondeu afirmativamente à pergunta “*Tendo em conta o seu conhecimento sobre violência nas relações de namoro considera que é ou já foi vítima?*” (M = 2,04). Ou seja, quem já foi/é vítima de um relacionamento violento apresenta uma maior aceitação de crenças de que a violência sexual poderá ser justificável em função de determinadas condutas praticadas pela vítima.

Relativamente à escala de coerção sexual, esta apresenta valores estatisticamente significativos apenas na subescala do perpetrador, mais precisamente, no fator ‘verbal’ – com média mais alta para quem respondeu “*sim*” (M = 1,20) – e marginalmente significativos no fator ‘total’, também com média mais alta para quem respondeu positivamente (M = 1,18). Por outras palavras, aqueles que declaram terem vivenciado uma relação íntima violenta apresentam uma maior tendência de praticar um meio coercivo do tipo verbal, como por exemplo ofender ou chantagem para obterem ganhos sexuais, contudo, também existe a probabilidade de utilizar outros tipos de métodos.

Quanto às táticas de conflito, esta apresenta valores estatisticamente significativos em todos os fatores com todas as médias mais altas a penderem para aqueles que sofreram relações de intimidade abusivas – vitimização ligeiro, (M = ,79); vitimização severo, (M = ,09). Quer isto dizer que aqueles que passaram por relações íntimas pautadas por violência têm maior tendência a serem vítimas de estratégias de conflito de grau de severidade ligeiro e severo, mas também têm tendência para resolverem os conflitos dentro o casal recorrendo a estratégias tanto de grau ligeiro como de severo.

Capítulo 6 – Discussão

Tratando-se de um estudo exploratório, importa relembrar os principais objetivos: a) estabelecer a prevalência e o rastreo dos diferentes tipos de comportamentos coercivos que os estudantes universitários utilizam nas suas relações de intimidade, quer ao nível da perpetuação como ao nível da vitimização; b) caracterizar as atitudes e as crenças que legitimam os comportamentos coercivos nas relações de intimidade, nos estudantes universitários; c) analisar a relação entre as atitudes, crenças e comportamentos sexuais coercivos nas relações de intimidade dos estudantes; d) estudar o impacto de fatores sociodemográficos como o género, a experiência de abuso na infância e a experiência de relacionamentos violentos na vitimização e para perpetuação de violência sexual bem como nas crenças e nas atitudes perante as mesmas. Em seguida procuramos discutir os resultados obtidos em função destes objetivos.

Verifica-se que ambos os géneros são tanto vítimas como perpetradores de violência sexual. Estes resultados vão de encontro com vários estudos sobre esta temática que nos dizem que tanto homens como mulheres podem ser vítimas como agressores (Oswald & Russell, 2006; McDermott et al., 2016; Scarduzio, Carlyle, Harris & Savage, 2016) ou, até, devido ao fenómeno caracterizado por Almeida (2008), como violência bidirecional em que ambos os elementos da casal são tanto vítimas como agressores.

Os dados deste estudo apontam para uma prevalência de vitimização entre 12,8% e 28,5% e de prática entre os 4,1% e 31,7%. Existem outros dados que se mostram preocupantes e que devem ser referidos, nomeadamente, os dados referentes à prevalência. 36,6% dos participantes são ou já foram vítimas de violência na relação de intimidade, sendo que 39 pessoas afirmam que os seus relacionamentos íntimos atuais são marcados por algum tipo de comportamento violento. Um outro dado alarmante é o facto de 47,2% da amostra afirmar que conhece alguém, no seu círculo de amigos, que está a passar por um relacionamento violento. Estes números vão ao encontro dos resultados da maioria dos estudos sobre esta temática (Oliveira e Sani, 2005; Mendes *et al.*, 2013; OMS, 2015; FAL, 2019). Apesar da prevalência elevada, importa referir que os números deste fenómeno podem ser ainda maiores uma vez que a consciencialização para este assunto aparenta ser, ainda, quase inexistente o que leva a que haja uma menor perceção da gravidade dos atos sofridos (Mendes *et al.*, 2013; Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018) inviabilizando uma possível denúncia. Uma outra justificação seria aquela apresentada por Dixe e colaboradores (2010) e Manuel (2014) que nos dizem que os

comportamentos abusivos tendem a ser vistos pelas vítimas como comportamentos passageiros e não como comportamentos violentos.

O presente estudo mostra que o tipo de comportamentos praticados pelos estudantes universitários, nas relações de intimidade são os comportamentos de gravidade ligeira, indo de encontro com a literatura (Mendes *et al.*, 2013; Neves, Correia, Ferreira & Borges, 2018), sendo a insistência em ter relações quando o parceiro não queria o tipo de coerção mais utilizada (31,7%), seguindo-se o sexo sem preservativo (26,8) e, por último, a insistência para ter sexo oral ou anal, sem o uso de força física (20,3%). De referir que o tipo de coerção sexual de grau severo mais utilizado é o recorrer a ameaças para fazer o parceiro ter sexo oral ou anal (2,4%). Estes resultados vão ao encontro com o estudo de Straus e colaboradores (2002; Paiva & Figueiredo, 2003; Paiva & Figueiredo, 2004), nomeadamente, no que diz respeito ao uso da ameaça para um aproveitamento sexual com o parceiro.

Já no que diz respeito ao tipo de comportamento coercivos mais sofrido, também aqui, os de grau de severidade ligeiro são os que apresentam maior incidência sendo a insistência para que o companheiro tivesse relações sexuais quando este não queria o tipo de coerção mais utilizada (28,5%), seguindo-se a insistência para sexo oral ou anal (23,6%) e o sexo sem preservativo (19,5%). Já os comportamentos coercivos de grau severo mais sofridos são o uso de ameaças para ter sexo oral ou anal (4,1%). Estes números apresentam algumas discrepâncias com outros estudos revistos na literatura em que mostram que a percentagem de estudantes vítimas de algum tipo de experiência sexual indesejada ronda os 50% (Abbey, Ross, McDuffie & McAuslan, 1996 cit. in Paiva & Figueiredo, 2004), contudo, estas discrepâncias podem dever-se ao modo como foi recolhido os dados e ao baixo número da amostra.

Importa referir que 7,7% da amostra afirma que este tipo de comportamento teve início entre o 6º mês e o 1º ano da relação e que a frequência desses comportamentos é, maioritariamente, mensal. Também aqui, os resultados corroboram a literatura que nos diz que existe uma relação entre o tempo de namoro e o aparecimento de atos violentos – quer físicos, quer sexual – na relação (Arias, Samios, O’Leary., 1987; Stets & Pirog-Good, 1990; Flake, 2013).

O facto de as estratégias coercivas de gravidade ligeiro serem tanto as mais praticadas como as mais sofridas pode dever-se ao facto de os homens serem as principais vítimas

desta amostra e a literatura mostra que estes têm tendência a, quando confrontados com um ato coercivo por parte do sexo oposto, relativizar ou descredibilizar a situação (Archer, 2000; Black & Gold, 2003; Gaspar, 2017).

No que diz respeito às atitudes, os resultados sugerem um baixo nível de legitimação, para ambas as escalas em relação à violência sexual. Quer isto dizer que tanto o género masculino como o género feminino apresentam uma baixa aceitação da prática de violência sexual, contudo, estes dados devem ser analisados com algum grau de desconfiança, uma vez que as atitudes de aceitação de violência são, muitas vezes, socialmente mal-aceiteis. É de esperar que os sujeitos optem por enviesar a resposta em função da atitude que é socialmente mais aceite (Dovidio *et al.*, 1996).

De referir que as atitudes dos homens são aquelas que são menos aceites por ambos os géneros. Estes resultados parecem corroborar a grande maioria dos estudos sobre esta temática que sugerem que isso pode ser fruto da perceção que existe que o sexo masculino ainda é percecionado como mais dominante, ameaçador e como um potencial agressor (Anderson & Struckman-Johnson, 1998; Hurt, Maver & Hofmann, 1999; Oswald & Russel, 2006; Gaspar, 2017) e as suas atitudes serem percebidas como sendo mais graves e severas (Hilton, Harris & Rice, 2003; Simon, et al., 2001; Stith, et al., 2004), por isso, as suas atitudes são vistas como mais graves e menos toleráveis, comparativamente com as do sexo feminino, que são vistos como sendo mais desculpabilizados e legitimados (Seelau, Seelau & Poorman, 2003; Ferguson & Negy, 2004; Robertson & Murachver, 2009; Merten & Williams, 2009; Sundaram, 2013). Por outro lado, o facto de os homens serem mais tolerantes às atitudes que justificam a violência, pode dever-se a que estes apresentem maiores níveis de distorções cognitivas ou crenças não-adaptativas à prática da violência (Eckhardt & Dye, 2000; Eckhardt & Jamison, 2002; Stith, Smith, Penna, Ward, & Tritt, 2004).

Tratando-se de uma amostra constituída, na sua grande maioria, por mulheres, é de esperar que as atitudes masculinas apresentem um menor grau de aceitação uma vez que pode estar presente o efeito de desejabilidade social associada ao género, em que o próprio género tem maior tendência a legitimar as atitudes praticadas pelo seu grupo e a condenar as atitudes do outro grupo.

No que concerne às crenças, estas também apresentam valores baixos, o que sugere que a amostra estudada não apresenta crenças legitimadoras de violência corroborando,

assim, estudos como os de Cook (1995) que concluiu que a maioria dos participantes não concordava com comportamentos sexuais coercivos. Podemos constatar que o tipo de crença mais legitimada é o tipo ‘consentimento da vítima’ e ‘falsas alegações’ o que também vai ao encontro do estudo de Cook (1995) que nos diz que existem circunstâncias específicas em que a agressão sexual pode ser legitimada, nomeadamente, quando a mulher inicialmente concorda com o ato sexual, mas que depois muda de ideias.

Contudo, tratando-se de uma amostra com uma grande percentagem de pessoas que afirmam estar a passar ou já tem experienciado algum tipo de relacionamento violento, podemos observar que estes resultados não são tão expectados como, à primeira vista, se poderia esperar. Tal como dito no enquadramento teórico deste estudo, a investigação afirma que quem é interveniente em relações violentas tem uma maior tendência para minimizar este tipo de dinâmica, legitimando e desvalorizando a violência (Ismail, Berman & Ward-Griffin, 2007; Machado, Matos & Moreira, 2003). Por outras palavras, tendo em conta as características da amostra, o expectável seria que as escalas utilizadas tivessem números a penderem mais para a legitimação da violência e não o contrário.

Relativamente às correlações entre as variáveis estudadas, a grande maioria dos resultados corroboram os estudos feitos nesta área. Começando pela correlação entre as atitudes e as restantes variáveis, o estudo prova que existe uma correlação positiva com as variáveis de crenças e com a perpetuação e vitimização de estratégias coercivas de resolução de conflitos tanto dentro como fora da relação de intimidade. Quer isto dizer que, quem tem mais atitudes de violência também é quem tem mais crenças legitimadoras e também quem tem mais relacionamentos coercivos. Estes resultados dão uma maior importância aos estudos das atitudes como preditor da violência sexual na relação e vai ao encontro com estudos como os de Straus (2004), de Gage (2005) e de Johnson e Das (2009) que nos falam dessa correlação e afirmam que quanto maior fosse os níveis de aceitação de atitudes de violência, maior seria o risco dessa pessoa ser vítima ou perpetrador de violência na relação futura de intimidade

Em relação às crenças, os resultados sugerem que quem tem mais crenças legitimadoras de violência também é quem tem mais probabilidade de perpetrar técnicas de coerção sexual de gravidade severo e também é quem tem mais probabilidade de ser vítima de comportamentos violentos na relação. Estes resultados podem dever-se ao facto de essas crenças legitimarem os comportamentos violentos, levando a que exista uma minimização das consequências e a uma falsa ideia de justificação que, por sua vez, irá

aumentar a probabilidade de tais atos acontecerem na relação, corroborando, assim, os estudos feitos sobre a temática das crenças legitimadoras (Lonsway & Fitzgerald, 1994; Cowan & Quinton, 1997; Caridade, 2011).

Por fim, o estudo sugere também uma correlação positiva entre a vitimização e perpetuação de coerção sexual com a utilização de táticas de conflito de grau ligeiro e severo na relação, indo, novamente, ao encontro da literatura que nos diz a experiência anterior com a violência pode ser preditor de relacionamentos também violentos (Jewkes, Garcia-Moreno & Sen, 2002; OMS, 2003; Oliveira & Sani, 2005; Vezina & Herbet, 2007).

Verificou-se que o facto de se ser homem ou mulher tem um impacto significativos face às atitudes perante a violência sexual assim como nas crenças que a legitima, na tendência se ser vítima ou agressor e nas estratégias de coerção utilizadas na relação.

No que diz respeito às atitudes, o impacto do género está presente nas atitudes masculinas, este resultado pode dever-se ao facto de ainda existir o estereotipo de que as mulheres têm menos comportamentos de coação (Harris e Bohnhoff, 1996) e que esses comportamentos são, muitas vezes, percecionados como comportamentos românticos ou sedutores (Struckman-Johnson & Struckman-Johnson, 1991; Gaspar, 2017) levando a que exista uma relativização e/ou descredibilização dessas mesmas atitudes (Archer, 2000). Fruto desse estereotipo de género sobre a temática de violência nas relações de intimidade, seria de esperar que existisse um impacto mais significativo entre géneros em relação à escala que mede as crenças, contudo, esse impacto apenas foi verificado no fator ‘provocação da vítima’ e, marginalmente, no fator ‘falsas alegações’. Os resultados mais diferenciados nestes dois fatores podem sugerir a existência de crenças legitimadoras de violência, nomeadamente, as crenças de fabricação da vítima, de provocação ou de precipitação feminina (Koss et al., 1988; Caridade, 2011)

Confirma-se, de facto, que os homens apresentam mais crenças legitimadoras de violência sexual e maiores probabilidades de se tornarem agressores, indo ao encontro com as conclusões de estudos como os de Anderson e Struckman-Johnson (1999, Oswald e Russel (2006) e Gaspar (2017), contudo, também apresentam maiores índices de vitimização na relação. De referir que, contrariamente ao expectado, esse impacto de género não está presente na escala de vitimização de coerção sexual. Esse facto pode ser

fruto da evolução que se tem verificado na sociedade em que a mulher assume, cada vez mais, um papel igualitário em relação ao homem e acaba por assumir mais vezes um contacto sexual coercivo (Anderson & Aymami, 1993).

Por fim, em relação às táticas de coerção sexual, verificou-se que o género é uma variável significativa, nomeadamente, no que diz respeito à vitimização, onde o homem é quem apresenta valores mais altos. O facto de também ter existido um impacto de género na variável das atitudes – onde os homens também apresentam médias mais altas – faz com que este resultado não vá ao encontro de estudos como o de Straus (2004) que nos diz que existe uma relação positiva entre o nível de tolerância de atitudes de violência e a perpetuação dessa mesma violência e não com a vitimização.

O facto de a pessoa ter experienciado um abuso na infância também demonstra ter influência nas variáveis em estudo. Começando pelas atitudes legitimadoras, existe uma maior tolerância face as atitudes de coerção sexual, nomeadamente as atitudes masculinas. Estes resultados corroboram os estudos sobre a temática e diz-nos que isso é resultado de uma adaptação feita pela pessoa no sentido de tentar entender e explicar o mundo que a rodeia (Katz, 1960).

No que diz respeito às crenças, quem experienciou algum tipo de abuso na infância apresentam maiores níveis de crenças legitimadoras de violência sexual, contudo, o facto de a pessoa ter vivido esse tipo de abuso apenas tem impacto no fator ‘noção de invulnerabilidade’. Tratando-se de uma experiência numa fase prematura da vida, e tendo em atenção que essa experiência demonstra ter impacto nas atitudes legitimadoras, seria de esperar um maior impacto em todos os fatores da escala de crenças, todavia, estes resultados parecem refutar alguns estudos que afirmam existir uma maior dificuldade de ajustamento psicológico que as vítimas de abuso na infância apresentam (Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002; Kitzmann *et al.*, 2003). Aqui, as atitudes sociais, o meio onde a pessoa cresceu e ajustamento feito pela pessoa para se adaptar a quem a rodeia pode ter contribuído para que o seu sistema de crenças não tenha sido alterado.

O facto de ter passado por este tipo de experiência tem impacto de coerção sexual em toda a sua escala, mas apenas tem impacto, de uma forma marginal, no fator ‘tocar/expor’ na vitimização desse tipo de violência. Estes resultados são, em parte, esperados uma vez que a literatura nos diz que a exposição à violência numa fase prematura da vida tem uma correlação positiva com tanto com a perpetuação como com a vitimização de violência

(Paiva e Figueiredo, 2003; Oliveria e Sani, 2005; Gover, Kaukinem & Fox, 2008), contudo, o impacto deste tipo de experiência na vitimização parece ser quase nulo.

Por fim, este tipo de experiência também aparenta ter um impacto significativo ao nível da tendência da pessoa para se tornar agressor e vítima de táticas coercivas de resolução de conflitos na relação de intimidade, tal como Oliveira e Sani (2005) também concluíram, Isso pode ser fruto dos modelos internos de vinculação do indivíduo serem inseguros e limitantes, impossibilitando-o de ter relacionamentos saudáveis, optando, de uma forma inconsciente, por seguir os modelos que lhes são mais familiares (Clark, Shaver & Calverley, 1994; Jankowski *et al.*, 1999; Swinford, Demaris, Cernkovick & Giordano, 2000; Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002; Kitzmann *et al.*, 2003; Paiva & Figueiredo, 2003; Gover, Kaukinem & Fox, 2008; Paat & Markham, 2016)

Relativamente ao impacto da experiência de relacionamentos violentos, o facto de a pessoa ter passado por este tipo de relacionamento tem impacto semelhante ao impacto de experienciarem atos abusivos durante a infância. Estes resultados demonstram uma relação positiva entre estas duas variáveis. Este resultado confirma os estudos realizados sobre a temática, nomeadamente, ao nível da vinculação e que nos dizem que as relações que estabelecemos na idade adulta são baseadas nas relações que experienciamos na infância. Pessoas que tenham experienciado relações abusivas na infância vão crescer com modelos internos de apego inseguros e que, na idade adulta, são replicados nas relações criadas nessa fase da sua vida criando um ciclo vicioso que condiciona o estabelecimento de um vínculo saudável, resultando em relações instáveis e marcadas pela violência (Bowlby, 1990; Waters *et al.*, 1993; Clark, Shaver & Calverley, 1994; Bowlby, 1995; Flake, 2013; Paiva & Figueiredo, 2003; Paat & Markham, 2016).

De uma forma mais detalhada, a experiência de relacionamentos violentos tem impacto nas atitudes masculinas, onde existe uma maior tendência para a aceitação das atitudes dos homens em relação à violência sexual. Tendo em conta as características da amostra – maioritariamente feminina e números elevados de violência na relação – e sabendo que a literatura nos diz que existe uma relação entre experiência em relacionamentos violentos e a tentativa de desvalorização destes atos (Ismail, Berman & Ward-Griffin, 2007; Machado, Matos & Moreira, 2003), estes números podem ser justificativos disso mesmo. Também por existir essa ligação entre ambas as variáveis, seria de esperar que existisse um impacto significativo entre quem experienciou relacionamentos violentos e quem não experienciou tanto na escala relativa às crenças

legitimadoras de violência, como na escala de vitimização de coerção sexual, contudo, isso só aconteceu ao nível das crenças de provocação da vítima, em que a pessoa que passou por estas experiências apresentam maiores nível deste tipo de crença. Uma das explicações possíveis para este resultado por dever-se à experiência de relacionamentos violentos – por ser vivida de diferentes formas – ter o mesmo impacto nas atitudes e nas crenças, contudo, para que este processo possa ser mais bem compreendido, seria necessário um estudo qualitativo, baseado em perguntas abertas, realizado a vítimas desse tipo de experiência.

Quem experienciou um relacionamento violento têm também maiores probabilidades de se tornar agressor, principalmente de praticar atos coercivos verbais, contudo, apresentam também maiores níveis de relações em que são tanto vítimas como perpetradores de comportamentos coercivos de grau ligeiro e severo. Estes resultados vão ao encontro do estudo de Oliveira e Sani (2005) mas também de Paiva e Figueiredo (2003) e de Gover, Kaukinen e Fox (2008) que comprovam a existência de uma correlação entre experiências anteriores de violência com a vitimização e/ou a prática de violência nas relações íntimas.

Em suma, os resultados obtidos apontam que a coerção sexual é uma das estratégias mais utilizadas, entre estudantes universitários, nas relações de intimidades, cujo principal objetivo passa por forçar o parceiro a envolver-se numa atividade sexual indesejada, seja ela vaginal, anal ou oral, abrangendo comportamentos sexuais coercivos que podem ir desde a insistência verbal a ameaças.

Este tipo de agressão pode traduzir-se em absentismo e abandono escolar (Krug et al., 2002; Caridade & Machado, 2013), e apresenta consequências – quer a curto, quer a longo prazo – nefastas para quem é vítima e vai refletir-se no estabelecimento de relações de intimidade de baixa qualidade, incapacidade de resposta emocional ajustada, numa menor satisfação, grandes incapacidades de ajustamento social e falta de suporte (Emery, Cate, Henton & Andrews, 1987; Kilpatrick et al., 1988; Koss, 1993; Shapiro & Schwarz, 1997; Figueiredo, Fernandes, Matos & Maia, 2002; Paiva & Figueiredo, 2003).

Tratando-se a violência no namoro um importante preditor de violência no casamento (O’Leary *et al.*, 1989; Fincham, Cui, Braithwaite e Pasley, 2008; Rodrigues *et al.*, 2011) e tendo em atenção que os resultados do presente estudo demonstram um aumento deste tipo de violência nas relações de intimidade entre jovens universitários,

torna-se especialmente importante, um trabalho de prevenção e consciencialização dentro deste grupo para que estes possam aprender a defender-se, saber definir limites e alterar crenças que iram quebrar com este ciclo de uma sociedade para vez mais violenta.

6.1 – Limitações e Considerações Finais

Não existe estudo que não tenha limitações, conseguir identificá-las é um importante passo que permite não só uma análise mais minuciosa dos resultados, mas também futuras investigações mais cuidadas e focadas no objetivo.

Começando pela amostra, embora na recolha da amostra as restrições metodológicas tenham sido consideradas o presente estudo não deverá ser representativo da comunidade universitária portuguesa – nem da Universidade de Évora – uma vez que, a distribuição dos participantes pelas diferentes regiões do país, e pelo curso não são proporcionais às estatísticas demográficas. Além disso, não existe, de momento, uma base de dados nacional que permita definir qual a amostra ideal referente à idade, nível socioeconómico, nível de formação e abuso sofrido/perpetuado. O facto de ter sido utilizado um processo de amostragem não probabilística pode ter colocado em causa a representatividade e, por conseguinte, a validade externa do estudo em questão. Futuramente, a amostra deverá ser de maiores dimensões, para que haja uma generalização dos dados, e comparada com amostras clínicas com o intuito de ter uma maior perceção das consequências deste tipo de vitimização na relação de namoro.

As características da amostra não são as ideias para a realização de um estudo comparativo, uma vez que a discrepância entre o sexo dos participantes pode ter enviesado os resultados. Futuros estudos deverão utilizar uma amostra mais equitativa de ambos os sexos.

Uma outra variável que pode ser medida em futuras investigações é o meio onde o participante viveu a maior parte do seu tempo de vida – se urbano ou se num meio rural – uma vez que a literatura mostra que existe ligação entre essa variável e a prevalência de atos violentos na relação de intimidade.

Também seria pertinente estudar a prevalência da variável violação, que acabou por ter sido deixada de lado nesta investigação, mas que a literatura

mostra que é um dos tipos de violência sexual mais comum no meio universitário. Variáveis como os antecedentes de relacionamentos violentos na família, o facto de ter ou não denunciado as próprias experiências de vitimização de violência, o porquê da sua decisão e as consequências dessas mesmas experiências também seriam interessantes serem estudadas em futuros estudos.

Relativamente aos instrumentos utilizados, foi frequente um pedido de esclarecimento de questões por parte dos participantes e, também por isso, algumas questões podem ter conduzido a algumas deduções incorretas. Isso pode ser fruto da adaptação dos instrumentos que, apesar de cuidadosa, pode ter levado a algum tipo de enviesamento linguístico.

O tema estudado, uma vez que era bastante sensível e que necessitava muito da sinceridade dos participantes, embora o anonimato tivesse sido sempre garantido, pode ter levado o participante a responder de uma forma pouco verdadeira ou, até mesmo, desonesta, optando por responder de uma forma que fosse socialmente mais aceitável. Em futuros estudos dever-se-á prestar mais atenção a este fenómeno e encontrar uma forma de o minimizar.

Por fim, os resultados deste estudo demonstram que ainda não existe um total consenso no impacto das variáveis e das suas relações com a violência sexual nas relações de intimidade. Existe, portanto, a necessidade de um aprofundamento da temática estudada, nomeadamente, com amostras mais representativas e mais abrangentes, estudos quantitativos com mais variáveis e estudos quantitativos que aprofundem as respostas dadas.

Referências

- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo–Brasil. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 6(1).
- Allen, M., & Devitt, C. (2012). Intimate partner violence and belief systems in Liberia. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(17), 3514-3531.
- Alexandra, C., & Figueiredo, B. (2006). Versão portuguesa das " Escalas de Táticas de Conflito Revisadas": estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 14-39.
- Almeida, T. (2008). A violência no namoro. In L. Tardivo & C. Gil (Eds.), *Anais da VI Jornada apoiar: saúde mental e violência, contribuições no campo da psicologia clínica social* (pp. 136-146). São Paulo: Vetor.
- Anderson, K. M., & Danis, F. S. (2007). Collegiate sororities and dating violence: An exploratory study of informal and formal helping strategies. *Violence against women*, 13(1), 87-100.
- Anderson, P. B., & Aymami, R. (1993). Reports of female initiation of sexual contact: Male and female differences. *Archives of Sexual Behaviour*, 22(4), 335-343.
- Anderson, D. K. & Saunders, D. G. (2003). Leaving an abusive partner: An empirical review of predictors, the process of leaving, and psychological well-being. *Trauma, Violence, and Abuse*, 4, 163–191.
- Anderson, P. B., & Struckman-Johnson, C. (Eds.). (1998). *Sexually aggressive women: Current perspectives and controversies*. Guilford Press.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological bulletin*, 126(5), 651.
- Archer, J. (2006). Cross-cultural differences in physical aggression between partners: A social-role analysis. *Personality and social psychology review*, 10(2), 133-153.
- Arias, I., Samios, M., & O'LEARY, K. D. (1987). Prevalence and correlates of physical aggression during courtship. *Journal of Interpersonal Violence*, 2(1), 82-90.
- Associação de Mulheres contra a Violência (AMCV). (2018). *Seminário - Prevenção da violência sexualizada em contexto escolar e universitário*. Por-tugal: Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2015). *Estatísticas APAV: Homens Vítimas de Violência Doméstica 2013-2015*

- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2017). Estatísticas APAV: Crimes Sexuais 2013-2017.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2017). Estatísticas APAV: Vítimas de Violência Doméstica 2013-2017.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2018). Relatório Anual de 2018.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. Acedido em Julho de 2019 em <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/o-que-e3>.
- Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). Social cognition: an integrated introduction. London: Sage Publications.
- Barroso, R. (2017). *Violência sexual em Portugal: em que ponto estamos?* Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.
- Baumeister, R. F., Catanese, K. R., & Wallace, H. M. (2002). Conquest by Force: A Narcissistic Reactance Theory of Rape and Sexual Coercion. Ohio: Review of General Psychology .
- Black, K. A., & Gold, D. J. (2003). Men's and women's reactions to hypothetical sexual advances: The role of initiator socioeconomic status and level of coercion. *Sex Roles*, 49, 173-178.
- Bowlby, J. (1990). Apego e perda: Vol 1. Apego.
- Bowlby, J. (1995). Cuidados maternos e saúde mental (VLB Souza & I. Rizzini, Trads.).
- Caldwell, J. E., Swan, S. C., & Woodbrown, V. D. (2012). Gender differences in intimate partner violence outcomes. *Psychology of violence*, 2(1), 42.
- Campbell, J., Jones, A.S., Dieneman, J., Kub, J., Schollenberger, J., O'Campo, P., Gielen, A. C., & Wyppe, C. (2002). Intimate Partner violence and physical health consequences. *Archives of Internal Medicine*, 162, 1157-1163.
- Cannon, E. A., Bonomi, A. E., Anderson, M. L., & Rivara, F. P. (2009). The intergenerational transmission of witnessing intimate partner violence. *Archives of pediatrics & adolescent medicine*, 163(8), 706-708.

- Caridade, S. (2011). *Vivências Íntimas Violentas: Uma abordagem científica*. Edições Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: relevância da prevenção. *Psicologia*, 22(1), 77-104.
- Caridade, S., & Machado, C. (2013). Violência nas relações juvenis de intimidade: uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Carlson, B. E. (1987). Dating violence: A research review and comparison with spouse abuse. *Social Casework*.
- Cascardi, M., Langhinrichsen, J., & Vivian, D. (1992). Marital aggression: Impact, injury and health correlates for husbands and wives. *Archives of Internal Medicine*, 152, 1178-1184.
- Cascardi, M., O'Leary, K.D., & Schlee, K.A. (1999). Co-occurrence and correlates of posttraumatic stress disorder and major depression in physically abused women. *Journal of Family Violence*, 14, 227-249.
- Chapleau, K. M., Oswald, D. L., & Russell, B. L. (2008). Male rape myths: The role of gender, violence, and sexism. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(5), 600-615.
- Clark, C.L., Shaver, P., & Calverley, R. M. (1994). Adult attachment styles remembered childhood abuse, and self-concept structure. Presented at the annual meeting of American Psychological Association, Los Angeles, CA.
- Cobinna, J., Like-Haislip, T., & Miller, J. (2010). Gang Fights Versus Cat Fights: Urban Young Men's Gendered Narratives of Violence. *Deviant Behavior*, 31(7), 596-624.
- Coffey, P., Leitenberg, H., Henning, K., Bennet, R.T., & Jankowski, M.K. (1996). Dating violence: The association between methods of coping and women's psychological adjustment. *Violence and Victims*, 11, 227-238.
- Coker, A., & Davis, K. (2001). Impact of intimate violence on men and women: Analysis of the NVAW Survey. Paper presented at 7th International Family Violence Research Conference. Portsmouth: New Hampshire.

- Cook, S. L. (1995). Acceptance and expectation of sexual aggression in college students. *Psychology of Women Quarterly*, 19, 181-194.
- Costa, M. E. & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Âmbar.
- Cowan, G. (2000). Women's hostility toward women and rape and sexual harassment myths. *Violence against women*, 6(3), 238-246.
- Cowan, G. & Quinton, w. J. (1997). Cognitive style and attitudinal correlates of the perceived causes of rape scale. *Psychology of Women Quarterly*, 21, 227-245.
- Davies, M., & Rogers, P. (2006). Perceptions of male victims in depicted sexual assaults: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 367–377
- Dixe, M. D. A., Rodrigues, A. L., Freire, C., Rodrigues, G., Fernandes, M., & Dias, T. (2010). A violência de gênero na relação de namoro em estudantes do ensino superior: práticas e comportamentos de violência.
- Dobash, R. P., & Dobash, R. E. (2001). Violence against women: a review of recent Anglo-American research. *Journal of conflict and violence research*, 3(2), 5-22.
- Donnelly, D. A., & Kenyon, S. (1996). “Honey, We Don't Do Men” Gender Stereotypes and the Provision of Services to Sexually Assaulted Males. *Journal of Interpersonal Violence*, 11(3), 441-448.
- Dornbush S, Varlsmith, J., Gross, R., Martin, J., Jennings, D., Rosenberg, A.,
- Dovidio, J., Brigham, J., Johnson, B. & Gaertner. S. (1996). Stereotyping, prejudice and discrimination. In. N. Macrae, C. Stangor & M. Hewstone (Eds), *Foundations of stereotypes and stereotyping* (pp. 276-319). New York: Guilford Press.
- Duarte, A. P., & Lima, M. L. (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portuguesas. *Psicologica*, 105-124.
- Duke, P. Sexual development, age and dating: a comparison of biological and social influences upon set of behaviors. *Child Development*. 1981; 52: 179-85.

- Eckhardt, C. & Craine, C. (2014). Male perpetrators of intimate partner violence and implicit attitudes toward violence: associations with treatment outcomes. *Cognitive Therapy and Research*, 38(3), 291-301.
- Eckhardt, C. & Dye, M. (2000). The cognitive characteristics of maritally violent men: theory and evidence. *Cognitive Therapy and Research*, 24(2), 139-158.
- Eckhardt, C. & Jamison, T. (2002). Articulated thoughts of male dating violence perpetrators during anger arousal. *Cognitive Therapy and Research*, 26(3), 289-308.
- Emery, B.C., Cate, R.M., Henton, J.M., & Andrews, D. (1987). Perceived legitimizing factors in premarital violence. Paper presented at the Conference of the National Council on Family Relations, Atlanta, GA.
- Eriksson, L., & Mazerolle, P. (2015). A cycle of violence? Examining family-of-origin violence, attitudes, and intimate partner violence perpetration. *Journal of interpersonal violence*, 30(6), 945-964.
- European Commission. (2016). Special Eurobarometer 449: gender-based violence. European Union
- Faramarzi, M., Esmailzadeh, S., & Mosavi, S. (2005). A comparison of abused and non-abused women's definitions of domestic violence and attitude to acceptance of male dominance. *European Journal of Obstetrics, Gynecology, and Reproductive Biology*, 122(2), 225–231.
- Federação Académica de Lisboa [FAL]. (2019). *Violência Sexual na Academia de Lisboa: Prevalência e Perceção dos Estudantes*. Centro de Estudos da Federação Académica de Lisboa.
- Felson, R., Ackerman, J. & Yeon, S. (2003). The infrequency of family violence. *Journal of Marriage and Family*, 65,622-634.
- Ferguson, C., & Negy, C. (2004). The influence of gender and ethnicity on judgments on culpability in a domestic violence scenario. *Violence and Victims*, 19, 203–220.
- Figueiredo, B., Fernandes, E., Matos, R., & Maia, A. (2002). Maus tratos na infância: Trajectórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta. *Violência e vítimas de crimes*, 1, 200-263.

- Figueiredo, B., Maia, A., Matos, R., Fernandes, E. & Ribeiro, L. (2000). Maus tratos na infância: impacto desenvolvimental na idade adulta. *Atas do Congresso Internacional: Os Mundos Sociais e Culturais da Criança*, 3, 99-111.
- Fincham, F. D., Cui, M., Braithwaite, S., & Pasley, K. (2008). Attitudes toward intimate partner violence in dating relationships. *Psychological assessment*, 20(3), 260.
- Fiske, S. & Taylor, S. (2016). *Social cognition: from brains to culture*. 3rd edition. London: Sage Publications.
- Flake, T. A. (2013). *Violência no namoro entre jovens universitários no estado de São Paulo* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Follingstad, D. R., Wright, S., Lloyd, S., & Sebastian, J. A. (1991). Sex differences in motivations and effects in dating violence. *Family Relations*, 51-57.
- Follingstad, D. R., Bradley, R. G., Laughlin, J. E., & Burke, L. (1999). Risk factors and correlates of dating violence: The relevance of examining frequency and severity levels in a college sample. *Violence and Victims*, 14, 365–379.
- Foshee, V. A., Linder, G. F., Bauman, K. E., Langwick, S. A., Arriaga, X. B., Heath, J. L., ... & Bangdiwala, S. (1996). The Safe Dates Project: Theoretical basis, evaluation design, and selected baseline findings. *American journal of preventive medicine*, 12(5), 39-47.
- Freese, B., Moya, M. & Megías, J. (2004). Social perception of rape: how rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 143-161.
- Gage, A. J. (2005). Women's experience of intimate partner violence in Haiti. *Social Science & Medicine*, 61(2), 343–364.
- Gaspar, T. M. B. D. M. (2017). *Violação masculina versus feminina: efeitos na resposta emocional subjetiva e psicofisiológica numa amostra feminina* (Master's thesis).
- Geiger, B., Fischer, M., & Eshet, Y. (2004). Date-rape-supporting and victim-blaming attitudes among high school students in a multiethnic society: Israel. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(4), 406-426.
- Gibb, B. E., Abramson, L. Y., & Alloy, L. B. (2004). Emotional maltreatment from parents, verbal peer victimization, and cognitive vulnerability to depression. *Cognitive Therapy and Research*, 28(1), 1-21.

- Goldberg, W.G., & Tomlanovich, M.C. (1984). Domestic violence victims in the emergency department. *The Journal of the American Medical Association*, 251, 3259-3264.
- Gover, A. R., Kaukinen, C., & Fox, K. A. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1667-1693.
- Gracia, E. (2004). Unreported cases of domestic violence against women: Towards an epidemiology of social silence, tolerance, and inhibition. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 58, 536–537.
- Gracia, E. (2014). Intimate partner violence against women and victim-blaming attitudes among Europeans. *Bull World Health Organization*, 92(5), 380-381.
- Gracia, E. & Herrero, J. (2007). Perceived Neighborhood Social Disorder and Attitudes Toward Reporting Domestic Violence Against Women. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(6), 737-52.
- Gracia, E. & Tomas, J. M. (2014). Correlates of victim-blaming attitudes regarding partner violence against women among the Spanish general population. *Violence Against Women*, 20, 26–41.
- Greenwald, A. & Banaji, M. (1995). Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4-27.
- Gerber, G. L., Cronin, J. M., & Steigman, H. J. (2004). Attributions of Blame in Sexual Assault to Perpetrators and Victims of Both Genders. *Journal of Applied Social Psychology*, 34(10), 2149-2165
- Harris, M. B., & Knight-Bohnhoff, K. (1996). Gender and aggression I: Perceptions of aggression. *Sex roles*, 35(1-2), 1-25.
- Harvey, A., Garcia-Moreno, C. & Butchart, A. (2007). Primary prevention of intimate-partner violence and sexual violence: background paper of WHO expert meeting: World Health Organization.
- Heise, L., Ellsberg, M., & Gottemoeller, M. (1999). Ending violence against women. *Population reports*, 27(4), 1-1.

- Hettrich, E. L., & O'Leary, K. D. (2007). Females' reasons for their physical aggression in dating relationships. *Journal of interpersonal violence*, 22(9), 1131-1143.
- Hilton, N. Z., Harris, G. T., & Rice, M. E. (2003). Adolescent's perceptions of the seriousness of sexual aggression: Influence of gender, traditional attitudes, and self-reported experience. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Trauma*, 15, 201-214.
- Hollander, J. A. (2001). Vulnerability and dangerousness: The construction of gender through conversations about violence. *Gender & Society*, 15(1), 83-109.
- Hurt, J. L., Maver, J. A., Hofmann, D. (1999). Situational and Individual Influences on Judgments of Hostile Environment Sexual Harassment. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(7), 1395-1415.
- Hickman, L. J., Jaycox, L. H., & Aronoff, J. (2004). Dating violence among adolescents: prevalence, gender distribution and prevention program effectiveness. *Trauma, Violence & Abuse*, 5, 123-142.
- Ismail, F., Berman, H. & Ward-Griffin, C. (2007). Dating violence and the health of young women: a feminist narrative study. *Health Care for Women International*, 28, 453-477.
- Jaffe, P., Sudermann, M., Reitzel, D. & Killip, S. M. (1992). An evaluation of a secondary school primary prevention program on violence in relationships. *Violence and Victims*, 7, 129-146.
- Jankowski, M. K., Leitenberg, H., Henning, K., & Coffey, P. (1999). Intergenerational transmission of dating aggression as a function of witnessing only same sex parents vs. opposite sex parents vs. both parents as perpetrators of domestic violence. *Journal of Family Violence*, 14, 267-279.
- Jewkes, R., Garcia-Moreno, C. & Sen, P. (2002). Sexual violence. In E. Krug, L. Dahlberg, J. Mercy, A. Zwi & R. Lozano (Eds.), *World report on violence and health* (pp. 149-181). Geneva: World Health Organization.
- Jezi, D. R., Molidor, C. E., & Wright, T. L. (1996). Physical, sexual and psychological abuse in high school dating relationships: Prevalence rates and self-esteem issues. *Child and adolescent social work journal*, 13(1), 69-87.

- Johnson, K. B., & Das, M. B. (2009). Spousal violence in Bangladesh as reported by men: Prevalence and risk factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 24(6), 977–995.
- Katz, D. (1960). The functional approach to the study of attitudes. *Public opinion quarterly*, 24(2), 163-204.
- Kilpatrick, D.G., Best, C.L., Saunders, B.E., & Vernon, L.J. (1988). Rape in marriage and dating relationships: How bad is it for mental health? *Social Forces*, 61, 484-507.
- Kimmel, M. (2002). "Gender symmetry" in domestic violence: A substantive and methodological review. *Violence Against Women*, 8(11), 1332-1363.
- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: a meta-analytic review. *Journal of consulting and clinical psychology*, 71(2), 339.
- Koss, M.P. (1988). Hidden rape: Sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher education. In A.W. Burgess (Ed.), *Rape and sexual assault* (pp. 3-25). New York: Garland.
- Koss, M.P. (1993). Detecting the scope of rape: A review of prevalence research methods. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, 198-222.
- Koss, M. P., Dinero, T. E., Seibel, C. A. & Cox, S. L. (1988). Stranger and acquaintance rape. Are there differences in the victim's experience? *Psychology of Women Quarterly*, 12, 1-24.
- Krug, E. G., & Dahlberg, L. L. (2002). *Violência-um problema global de saúde pública*. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R. Relatório Mundial sobre Saúde e Violência. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1-19.
- Krug, E., Dahlberg, L., Mercy, J., Zwi, A. & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial sobre Saúde e Violência*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1-19.
- Lehmann, M., & Santilli, N. R. (1996). Sex differences in perceptions of spousal abuse. *Journal of Social Behavior and Personality*, 11, 229–238.

- Lewis, F. & Fremouw, W. (2001). Dating violence: a critical review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 21(1), 45-59.
- Lonsway, K. A. & Fitzgerald, L. F. (1994). Rape myths: In review. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 133-164.
- Lown, E.A., & Veja, W.A. (2001). Intimate partner violence and health: Self-assessed health, chronic health, and somatic symptoms among Mexican American women. *Psychosomatic Medicine*, 63, 352-360.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69–83.
- Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Newman, D. L., Fagan, J., & Silva, P. A. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21-year-olds: bridging the gap between clinical and epidemiological approaches. *Journal of consulting and clinical psychology*, 65(1), 68.
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family relations*, 97-102.
- Makepeace, J. M. (1986). Gender differences in courtship violence victimization. *Family Relations*, 383-388.
- Malyadri, p. (2013). Domestic violence against women strategical remedies for its causes and consequences. *International Journal of Information, Business and Management*, 1(5), 97-108.
- Manuel, S. C. G. (2014). A violência no namoro entre jovens adultos.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de psicologia*, 65-90.
- Mars, T. S., & Valdez, A. M. (2007). Adolescent dating violence: Understanding what is “at risk?”. *Journal of Emergency Nursing*, 33(5), 492-494.
- Martins, S. (2013). Vitimização e perpetração sexual em jovens adultos: da caracterização da prevalência às atitudes. Tese de Doutoramento (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Portugal.
- Martins, S., Machado, C., Abrunhosa, R. & Manita, C. (2012). Escala de crenças sobre violência sexual (ECVS). *Análise Psicológica*, 30(1-2), 171-191.

- Mathes, E. W., & McCoy, J. (2011). Perpetration of sexual coercion and victim of sexual coercion scales: Development and validation. *Psychological reports*, 108(2), 449-469.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S. & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: teoria e prática*, 8(1), 55-75.
- McCauley, J., Yurk, R., Jenckes, M., Ford, D. (1998). Inside “Pandora’s Box”: Abused women’s experiences with clinicians and health services. *Archives of Internal Medicine*, 13, 549- 555.
- McDermott, R., Naylor, P., McKelvey, D. & Kantra, L. (2016). College men’s and women’s masculine gender role strain and dating violence acceptance attitudes: testing sex as a moderator. *Psychology of Men and Masculinity*, 16, 1-14.
- Mendes, F. (2006). Percursos da violência: Da família de origem à conjugalidade. Um estudo com jovens adultos a frequentarem o Ensino Superior. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: representações e práticas. *Revista Teoria & Sociedade*.
- Merten, M. J., & Williams, A. L. (2009). Acceptability of marital violence among collegemen and women: Does gender and current relationship status matter? *College Student Journal*, 43(3), 843–851.
- Miller, L. (2011). Psysical abuse in a college setting: a stydy of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, 26, 71-80.
- Muñoz-Rivas, M., Gómez, J., O’Leary, K. & Lozano, P. (2007). Physical and psychological aggression in dating relationships in Spanish university students. *Psicothema*, 19(1), 102-107.
- Neves, S., Correia, A., Ferreira, M. & Borges, J. (2018). *Estudo nacional sobre a violência no namoro em contexto universitário: crenças e práticas*. Lisboa: Associação Plano i.

- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. *PLoS medicine*, 9(11), e1001349.
- O'Leary, K. D. (1999). Psychological abuse: A variable deserving critical attention in domestic violence. *Violence and victims*, 14(1), 3-23.
- O'Leary, K. D., Barling, J., Arias, I., Rosenbaum, A., Malone, J., & Tyree, A. (1989). Prevalence and stability of physical aggression between spouses: A longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(2), 263.
- Oliveira, M. (2011). Violência intergeracional: da violência na família à violência no namoro.
- Oliveira, M., & Sani, A. (2005). Comportamentos dos jovens universitários face à violência nas relações amorosas. In Bento Silva e Leandro Almeida (Coords), *Atas do VIII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia*. Braga: Centro de Investigação em Educação (pp. 1061-1074).
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2003). Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence. Geneva: World Health Organization.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2012). Understanding and addressing violence against women: Sexual Violence. Retirado de: <http://apps.who.int/iris/handle/10665/77433>
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2015). Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências. Retirado de: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/181008/5/9789241509251-por.pdf?ua=1>
- Oswald, D. & Russell, B. (2006). Perceptions of sexual coercion in heterosexual dating relationships: the role of aggressor gender and tactics. *The Journal of Sex Research*, 43(1), 87-95.
- Paat, Y. F., & Markham, C. (2016). A Gendered Approach to Understanding the Roles of Social Bonding, Personal Control, and Strain on College Dating Violence in Emerging Adulthood. *Journal of aggression, maltreatment & trauma*, 25(8), 793-811.

- Pagelow, M. D. (1983). The 'Battered Husband Syndrome': Social problem or much ado about little?. *The Sociological Review*, 31(1_suppl), 172-195.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2003). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 4(2), 165-184.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer., M., Espinosa, G. & Guzmán, C. (2006). La violencia contra las mujeres en la pareja: creencias y actitudes en estudiantes universitarios/as. *Psicothema*, 18(3), 359-366.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M. & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología*, 22(2), 251-259
- Perry D. G., Williard, J., & Perry, L. C. (1990). Peers' perceptions of the consequences that victimized children provided aggressors. *Child Development*, 61, 1310–1325.
- Price, E., Byers, S. & Dating Violence Research Team. (1999). The attitudes towards dating violence scales: Development and initial validation. *Journal of family violence*, 14(4), 351-375.
- Ramos, P. A. C. (2019). No que acreditamos e o que fazemos: a violência sexual nas relações amorosas em jovens universitários (Master's thesis, Universidade de Évora).
- Rhatigan, D. L., Stewart, C., & Moore, T. D. (2011). Effects of Gender and Confrontation on Attributions of Female-Perpetrated Intimate Partner Violence. *Sex Roles*, 64, 875-887.
- Riggs, D. S., & O'Leary, K. D. (1989). A theoretical model of courtship aggression.
- Robertson, K. & Murachver, T. (2009). Attitudes and Attributions Associated With Female and Male Partner Violence. *Journal of Applied Social Psychology*, 39(7), 1481-1512.
- Rodrigues, A. L., Freire, C., Rodrigues, G., Fernandes, M., & Dias, T. (2011). Práticas e comportamentos de vitimização na relação de namoro em estudantes do ensino superior. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 4(1), 197-206.

- Ruble, T. L., Cohen, R., & Ruble, D. N. (1984). Sex stereotypes: Occupational barriers for women. *American Behavioral Scientist*, 27, 339-356.
- Rush, M.E. (2000). Young woman's experiences of dating violence: A phenomenological study. *Dissertation Abstracts International*, section B: The Sciences and Engineering, 60, 4524
- Scarduzio, J., Carlye, K., Harris, K. & Savage, M. (2016). "Maybe she was provoked": exploring gender stereotypes perpetrators of intimate partner violence. *Violence Against Women*, 1-25.
- Schechory, M. & Idisis, Y. (2006). Rape myths and social distance toward sex offenders and victims among therapists and students. *Sex Roles*, 54(9), 651-658.
- Schwartz, Martin; DeKeseredy, Walter. 1997. *Sexual Assault on the College Campus: The Role of Male Peer Support*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Sears, H. A., Byers, E. S., & Price, E. L. (2007). The co-occurrence of adolescent boys' and girls' use of psychologically, physically, and sexually abusive behaviours in their dating relationships. *Journal of adolescence*, 30(3), 487-504.
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., & Poorman, P. B. (2003). Gender and Role-Based Perceptions of Domestic Abuse: Does Sexual Orientation Matter? *Behavioral Sciences and the Law*, 21, 199-214.
- Serquino-Ramiro, L. (2005). Physical intimacy and sexual coercion among adolescent intimate partners in the Philippines. *Journal of Adolescent Research*, 20, 476- 496.
- Shapiro, B.L., & Schwarz, J.C. (1997). Date rape: Its relationship to trauma symptoms and sexual self-esteem. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 407-419.
- Sharpe, D., & Taylor, J. K. (1999). An examination of variables from a social-developmental model to explain physical and psychological dating violence. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue canadienne des sciences du comportement*, 31(3), 165.

- Shechory, M., & Idisis, Y. (2006). Rape myths and social distance toward sex offenders and victims among therapists and students. *Sex Roles, 54*(9-10), 651-658.
- Simões, M., Machado, C., Gonçalves, M., & Almeida, L. (2007). *Avaliação Psicológica: Instrumentos validados para a população portuguesa*. Coimbra: Quarteto.
- Simon, T. R., Anderson, M., Thompson, M. P., Crosby, A. E., Shelley, G., & Sacks, J. J. (2001). Attitudinal acceptance of intimate partner violence among U.S. adults. *Violence and Victims, 16*(2), 115–126.
- Skowronski, J. & Lawrence, M. (2001). A comparative study of the implicit and explicit gender attitudes of children and college students. *Psychology of Women Quarterly, 25*, 155-165.
- Smith, B. A., Thompson, S., Tomaka, J., & Buchanan, A. C. (2005). Development of the Intimate Partner Violence Attitude Scales (IPVAS) with a predominantly Mexican American college sample. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences, 27*, 442–454.
- Sprague, S., Kaloty, R., Madden, K., Dosanjh, S., Mathews, D. J. & Bhandari, M. (2013). Perceptions of intimate partner violence: A cross sectional survey of surgical residents and medical students. *Journal of Injury Violence Research, 5*, 1–10.
- Stets, J. E., & Pirog-Good, M. A. (1990). Interpersonal control and courtship aggression. *Journal of Social and Personal Relationships, 7*(3), 371-394.
- Stewart, A., & Maddren, K. (1997). Police officers' judgments of blame in family violence: The impact of gender and alcohol. *Sex Roles, 37*, 921-933.
- Stewart, C., Moore, T., Crone, T., DeFreitas, S. C., & Rhatigan, D. (2012). Who Gets Blamed for Intimate Partner Violence? The Relative Contributions of Perpetrator Sex Category, Victim Confrontation, and Observer Attitudes. *Journal of Interpersonal Violence, 27*(18), 3739-3754.

- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior, 10*, 65-98.
- Straus, M. (2004). Cross-cultural reliability and validity of the Revised Conflict Tactics Scales: A study of university student dating couples in 17 nations. *Cross-Cultural Research, 38*, 407-432.
- Straus, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female university students worldwide. *Violence against women, 10*(7), 790-811.
- Straus, M. A., & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family, 54*, 346-357.
- Straus, M. A., Aldrich, T., Borochowitz, D.Y., Brownridge, D.A., Chan, E.L., Figueiredo, B., Gagne, M.H., Galliher, R. V., Hebert, M., Jamieson, E., MacMillan, H.L., Laporte, L., Paiva, C., Ramirez, I.L., Trochme, N., Walsh, C., Yodanis, C.L. (2002). Physical and sexual assault on dating partners by university students in nine countries. In meeting of the European Society of Criminology.
- Straus, M. A., Hamby, s. L., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS-2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues, 17*, 283-316.
- Struckman-Johnson, D., & Struckman-Johnson, C, (1991), Men and women's acceptance of coercive sexual strategies varied by initiator gender and couple intimacy. *Sex Roles, 25*, 661-676.
- Sugarman D.B., Hotaling G.T. (1989). Dating violence: Prevalence, context, and risk markers. In AA. Pirog-Good,&J.E. Stets (Eds.),*Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp. 3-31). New York: Praeger.
- Sundaram, V. (2013). Violence as understandable, deserved or unacceptable? Listening for gender in teenagers' talk about violence. *Gender and Education, 25*(7), 889-906.
- Swinford, S. P., DeMaris, A., Cernkovich, S. A., & Giordano, P. C. (2000). Harsh physical discipline in childhood and violence in later romantic involvements: The mediating role of problem behaviors. *Journal of Marriage and Family, 62*(2), 508- 519.

- Taylor, C. A. & Sorenson, S. B. (2005). Community-based norms about intimate partner violence: Putting attributions of fault and responsibility into context. *Sex Roles*, 53, 573–589.
- Thompson, M. P. (2014). Risk and protective factors for sexual aggression and dating violence: Common themes and future directions. *Trauma, Violence, & Abuse*, 15(4), 304-309.
- União de Mulheres Alternativa e Resposta [UMAR]. (2018). *Violência no namoro*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Veríssimo, C. M. F., de Campos Silva, T. M., Ferreira, R. M. F. J. P., Felizardo, H. M. M., Paiva, L. A. R., Tavares, J. R. M., ... & Soares, S. F. A. (2010). Prevalência dos comportamentos de perpetração e/ou vitimização nas relações de intimidade nos estudantes de enfermagem. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 525-534.
- Vezina, J., & Hebert, M. (2007). Risk factors for victimization in romantic relationships of young women: A review of empirical studies and implications for prevention. *Trauma, Violence, & Abuse*, 8(1), 33-66.
- Waltermaurer, E. (2012). Public justification of intimate partner violence: A review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 13, 167–175.
- Wang, L. (2016). Factors influencing attitude toward intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 29, 72-78.
- Waters, E., Posada, G., Crowell, J., & Lay, K. L. (1993). Is attachment theory ready to contribute to our understanding of disruptive behavior problems?. *Development and Psychopathology*, 5(1-2), 215-224.
- West, A. & Wandrei, M. (2002). Intimate Partner Violence: A Model for Predicting Interventions by Informal Helpers. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(9), 972-986.
- Worden, A. P. & Carlson, B. E. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: Results of a public opinion survey II: Beliefs about causes. *Journal of Interpersonal Violence*, 20, 1219–1243.
- World Health Organization (2003). *Guidelines for medico-legal care for victims of sexual violence*. Geneva: World Health Organization.

Zanna, M. P., & Rempel, J. K. (2008). Attitudes: A new look at an old concept

Anexos

Anexo I

Termo de Consentimento de Participação

O presente estudo realiza-se no âmbito da obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica, pela Universidade de Évora, e tem como finalidade compreender o que pensam e o que fazem os estudantes universitários perante a vivência de violência sexual nas suas relações de namoro e tem como condições necessárias à sua participação os seguintes critérios:

- (1) Estar numa relação de namoro;
- (2) Idade superior a 18 anos;
- (3) Ser estudante universitário.

Desta forma, peço-lhe a sua colaboração para o preenchimento dos seguintes questionários, com a duração estimada de aproximadamente 20 minutos. A sua participação é voluntária e confidencial e os dados recolhidos da mesma serão usados exclusivamente para fins académicos. Caso o deseje pode desistir a qualquer momento, bastando fechar a página.

Responda atentamente a todas as questões, caso contrários não lhe será possível passar para a página seguinte. Não existem respostas certas ou erradas. A melhor resposta é a sua opinião sincera e pessoal.

Caso considere necessário qualquer tipo de esclarecimento pode entrar em contacto comigo através do seguinte correio eletrónico: m41239@alunos.uevora.pt.

Agradeço, desde já, a sua valiosa colaboração.

João Mota

Antes de começar, por favor, declare que:

Concordo participar na investigação

Não concordo participar na investigação

Anexo II

Questionário Sociodemográfico

Género

Feminino

Masculino

Idade :

Nacionalidade

Portuguesa

Estrangeira

Distrito de Residência/Ilha:

Curso:

Ano de Frequência do Curso:

Considera que, durante a sua infância foi vítima de algum tipo de abuso?

Sim

Não

A que tipo de abuso considera ter sido sujeito/a?

*(Pode seleccionar mais do que uma opção)

Físico

Psicológico

Sexual

Stalking (Perseguição)

Não sabe/Não responde

Não se aplica

Tendo em conta o seu conhecimento sobre violência nas relações de namoro considera que é ou que já foi vítima?

Sim

Não

Indique qual das seguintes situações se aplica a si:

Atualmente, encontro-me numa relação de namoro que dura há mais de 1 ano.

Atualmente, encontro-me numa relação de namoro que dura há cerca de 6 meses.

Atualmente, encontro-me numa relação que dura há mais de 6 meses, mas menos do que 1 ano.

Atualmente, encontro-me numa relação que dura há menos de 6 meses.

Coabita com o/a seu/sua namorado/a?

Sim

Não

Diria que, a sua relação é pautada por comportamentos de violência?

Sim

Não

Após o início da relação, quando é que ocorreu pela primeira vez comportamentos violentos?

Durante o 1º mês

Entre o 1ª e o 6ª mês

Entre o 6º mês e o 1º ano

Após o 1º ano

Não se aplica

Com que frequência ocorrem estes mesmos comportamentos de violência?

Diariamente

Mensalmente

Semanalmente

Não se aplica

Já alguma vez, tentou terminar a sua relação por a considerar violenta?

Sim

Não

Tem conhecimento de alguma situação de violência no namoro no seu grupo de amigos?

Sim

Não

MUITO OBRIGADA!

Anexo III

Escala de Crenças sobre Violência Sexual

(Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012)

Indique a sua opinião:

1 = Discordo, totalmente

4 = Concordo

2 = Discordo

5 = Concordo, totalmente

3 = Não discordo nem concordo

	1	2	3	4	5
1 - Os agressores são, quase sempre, desconhecidos da vítima.					
2 - Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual.					
3 - Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas "indecentes".					
4 - Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem agressões sexuais.					
5 - As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.					
6 - Forçar o(a) cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.					
7 - Há pessoas que merecem ser violadas.					
8 - Há um certo ponto a partir do qual nenhum homem/nenhuma mulher é de ferro.					
9 - Se não for usada violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado.					
10 - Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes, querem dizer sim.					
11 - Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					
12 - A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.					
13 - Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo á noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), a culpa é sua, se for vítima de uma agressão sexual.					

14 - Muitas queixas de violação são inventadas quando os/as companheiros/as expressam o desejo de terminar a relação.					
15 - Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspeto diferente das outras.					
16 - Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então, a agressão sexual é pouco grave.					
17 - Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.					
18 - Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.					
19 - Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.					
20 - Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.					
21 - Se uma pessoa violada tiver um comportamento sexual “indecente”, então, a agressão sexual é menos grave.					
22 - Forçar o/a namorado/a a ter relações sexuais não é violação.					
23 - Uma queixa de violação feita dias após o ato, provavelmente, não é verdadeira.					
24 - Se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.					
25 - Se uma pessoa não resistir fisicamente, então, não se pode dizer que foi vítima de agressão sexual.					
26 - “Quem anda à chuva molha-se”, quem não quiser ser agredido/a sexualmente deve evitar expor-se ao risco.					
27 - Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob o efeito de outras drogas, então, pelo menos uma parte da culpa é dela.					
28 - Se uma pessoa aceita algum ato de natureza sexual com outra (ex. carícias, beijos), então, isso quer dizer que ela quer ter relações sexuais com essa pessoa.					
29 - Se uma pessoa não quiser ser mesmo violada, ela consegue defender-se.					
30 - Se uma pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.					

11 - Recorri a ameaças para fazer com que o/a meu/minha companheiro/a tivesse sexo oral ou anal comigo.								
12 - O/A meu/minha companheiro/a fez isso comigo.								
13 - Recorri a ameaças para fazer com que o/a meu/minha companheiro/a tivesse relações sexuais comigo.								
14 - O/A meu/minha companheiro/a fez isso comigo								

Anexo V

Escala de Coerção Sexual do Perpetuador e da Vítima (Traduzida)

(Mathes & McCoy, 2011)

Indique a sua opinião:

1 = Sim, definitivamente

3 = Não

2 = Sim

4 = Não, definitivamente

*Escala Coerção Sexual Perpetuador

	1	2	3	4
1 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com a que a pessoa se sentisse culpada?				
2 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, discutindo com a pessoa?				
3 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ao chamar-lhe de púxico/a, de frígido/a, etc?				
4 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, fazendo com que a pessoa sentisse que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso o/a seu/sua parceiro/a deve-lhe sexo)?				
5 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo alcoolizando a pessoa (ou aproveitando-se da mesma por estar alcoolizada)?				
6 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo implorando ou fazendo com que a pessoa sentisse pena de si?				
7 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo despindo-se à sua frente?				
8 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo expondo as suas partes íntimas?				
9 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo acariciando os seus órgãos genitais?				
10 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo chantageando a pessoa?				
11 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo ameaçando a pessoa?				
12 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo, oferecendo à pessoa dinheiro ou presentes caros?				
13 - Já alguma vez forçou alguém a ter sexo recorrendo à força física?				

***Escala Coerção Sexual Vítima**

	1	2	3	4
1 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo, fazendo com que se sentisse culpada/o?				
2 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao discutirem consigo?				
3 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao chamarem-lhe de púdico/a, frígido/a, etc?				
4 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao fazerem-lhe sentir que lhe o deve (e.g. tem vindo a namorar há já seis meses e por isso deve sexo ao seu/à sua parceiro/a)?				
5 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao alcoolizarem-na/o (ou aproveitando-se de si por estar alcoolizada/o)?				
6 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao implorando-lhe ou fazendo-lhe sentir pena da pessoa?				
7 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao despirem-se à sua frente?				
8 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao exporem-lhe as partes íntimas?				
9 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo ao acariciarem os seus órgãos genitais?				
10 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da chantagem?				
11 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através de algum tipo de ameaça?				
12 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através da oferta de dinheiro ou de presentes caros?				
13 - Já alguma vez foi forçado/a por alguém a ter sexo através do uso da força física?				

Anexo VI

Escalas de Atitudes em relação à Violência no Namoro (Traduzida)

(Price, Byres & Dating Violence Research Team, 1999)

Indique a sua opinião:

1 = Concordo, fortemente

4 = Discordo um pouco

2 = Concordo um pouco

5 = Discordo, fortemente

3 = Não concordo nem discordo

*Atitudes masculinas em relação à violência sexual	1	2	3	4	5
1 - Quando num encontro um rapaz paga a despesa, para ele é correto pressionar a namorada a ter sexo.					
2 - Os rapazes não são proprietários dos corpos das suas namoradas.					
3 - Quando os rapazes estão muito excitados, não conseguem evitar ter sexo.					
4 - Os rapazes nunca deveriam embebedar as suas namoradas para terem sexo.					
5 - Um rapaz não deve tocar a sua namorada a menos que ela queira.					
6 - É correto um rapaz forçar a sua namorada a beijá-lo.					
7 - Frequentemente, os rapazes têm que ser agressivos com as suas namoradas para as excitarem ou de forma a excitá-los.					
8 - Para provar o seu amor, é importante para a rapariga ter sexo com o seu namorado.					
9 - Quando uma rapariga entra no quarto de um rapaz, concorda em ter sexo com ele.					
10 - Não é grave pressionar uma rapariga a ter sexo.					
11 - Não há problema em pressionar uma rapariga a ter sexo, se ela já o fez no passado.					

12 - Depois de um casal ter uma relação estável, o rapaz não deve forçar a sua namorada a ter sexo.					
---	--	--	--	--	--

*Atitudes femininas em relação à violência sexual	1	2	3	4	5
1 - Uma rapariga não deveria tocar no seu namorado, a menos que ele queira ser tocado.					
2 - Não há nada de errado se um rapaz mudar de ideias sobre a ter sexo.					
3 - Um rapaz deve terminar a sua relação se a sua namorada o forçou a ter sexo.					
4 - Uma rapariga só deve tocar no seu namorado onde ele quiser ser tocado.					
5 - Quando um rapaz entra no quarto de uma rapariga, concorda em ter sexo com ela.					
6 - É correto para uma rapariga forçar o seu namorado a beijá-la.					
7 - As raparigas nunca deveriam embebedar os seus namorados para terem sexo.					
8 - Se um rapaz "consentir" em ter sexo enquanto está a beber, ele ainda pode mudar de ideias.					
9 - Depois de um casal ter uma relação estável, a rapariga não deve forçar o seu namorado a ter sexo.					
10 - As raparigas nunca deveriam mentir aos seus namorados para terem sexo.					
11 - Para provar o seu amor, é importante para o rapaz ter sexo com a sua namorada.					
12 - É correto uma rapariga dizer que ama um rapaz de forma a ter sexo com ele.					